



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 111

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 10 DE JULHO DE 1968

ATA DA 6ª SESSÃO, EM 9 DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa, da 6ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Alvaro Levi
Edmundo Levi
Arthur Virgilio
Pedro Carneiro
Victorino Freire
Luiz de Barros
José Leite
Eduardo Catalão
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Lino de Mattos
Pedro Ludovico
Milton Menezes
BGuido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Senhores Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas da sessão e reuniões anteriores.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura das atas da sessão e reuniões anteriores, que são sem deixa de aprovadas.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGEM

Do Senhor Presidente da República nos seguintes termos:

Mensagem n.º 236, de 1968
(N.º 426-68, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º, e 83, III, da Constituição, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei na Câmara número 3.364-65 (no Senado número 33, de 1965) que dispõe sobre a mudança do nome ou do prenome do brasileiro naturalizado, posterior à naturalização e dá outras provisões, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face dos motivos que passo a expor:

O protesto de alteração ou ratificação de nome ou de prenome de brasileiro naturalizado, por gôrca do Decreto-lei número 5.101, de 17 de dezembro de 1942, tem caráter puramente administrativo, culminando com a

SENADO FEDERAL

aprovação do Senhor Ministro da Justiça.

A modificação que se pretende no Projeto de Lei, transferindo aquela competência para a óbitra do Poder Judiciário, viria dificultar sobrepod o processamento da medida, além de torná-la mais dispendiosa e demorada pela dualidade de interferência, visto que, com se propõe, não desvincularia o Ministério da Justiça que ficaria com a incumbência de apostilar a retificação no seu livro especial de registro.

Em face do exposto, não se pode negar a manifesta inconveniência da proposição que, pelo ônus a acarretar ao processamento da medida, julgo contrária ao interesse público.

São esses os motivos que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, os quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 6 de julho de 1968.
A. Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a mudança do nome ou do prenome do brasileiro naturalizado, posterior à naturalização e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º A mudança do nome ou do prenome de brasileiro naturalizado, posterior à naturalização, reger-se-á pelas regras que regulam o registro das pessoas naturais e normas de processo civil cabíveis.

Parágrafo único. Independente de autorização do Ministro da Justiça o processo de que trata este artigo.

Artigo 2º A alteração ou retificação judicial no nome ou no prenome do brasileiro naturalizado será comunicada, por ofício ou certidão entregue ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Ministério da Justiça, a fim de ser acircunstância apostilada no livro especial de registro.

Artigo 3º Com a prova do registro de mudança d' onome ou do prenome no Ministério da Justiça, a parte interessada promoverá a averbação nos seus registros individuais, inclusive para expedição de nova carteira de identidade.

Artigo 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Restituição de autógrafos de Projeto de lei sancionado:

N.º 237-68 (número de origem 426, de 1968), de 8 do corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei número 86, de 1968, no Senado e número 1.310, de 1968, na Câmara, que dispõe sobre a representação da Superintendência do

Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), no Conselho de Política Aduaneira, (Projeto que se transformou na Lei número 5.468, de 8 de julho de 1968);

N.º 238-68 (número de origem 427, de 1968), de 8 de corrente mês — autógrafos do Projeto de Lei número 73, de 1968, no Senado e número 1.220, de 1968, na Câmara, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo (Projeto que se transformou na Lei número 5.469, de 8 de julho de 1968).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofícios do Sr. Ministro das Comunicações, solicitando prorrogação do prazo para resposta dos seguintes Requerimentos de Informações:

N.º 663-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres;

N.º 664-68, de autoria do Senador Vasconcelos Tôrres.

Se não houver objecção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta dos referidos Requerimentos. (Pausa)

Como não houve objecção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Ofícios do Sr. Ministro das Comunicações, solicitando prorrogação do prazo para resposta dos referidos Requerimentos. (Pausa)

Como não houve objecção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador José Ermírio

N.º 270-68, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso n.º 261, de 4-7-68);

De autoria do Senador Aarão Steinbruch

N.º 310-68, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso n.º 262, de 4-7-68);

N.º 570-68, enviada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (Aviso n.º 412, de 87-68);

De autoria do Senador Lino de Matos

N.º 312-68, enviada pelo Ministério da Fazenda (Aviso n.º 263, de 4-7-68);

N.º 336-68, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso n.º 280-AP-Br, de 2-7-68);

N.º 558-68, enviada pelo Ministério da Agricultura (Aviso n.º 285-AP-Br, de 2-7-68);

De autoria do Senador Bezerra Neto

N.º 522-68, enviada pelo Chefe do Gabinete Militar da Presidência da

República (Aviso n.º 70-68-A).

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu Telex do Sr. Ministro dos Transportes, solicitando prorrogação

do prazo para resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

De autoria do Senador Vasconcelos Tôrres

N.º 565, 568, 582, 622 e 626, de 1968;

De autoria do Senador Lino de Matos

N.º 571, de 1968.

Se não houver objecção, esta Presidência considerará prorrogado por 30 dias o prazo para resposta aos referidos Requerimentos. (Pausa)

Como não houve objecção, está prorrogado o prazo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana.

O SR. AURELIO VIANA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, lemos em jornais dos mais importantes do nosso País que índios do Rio Grande do Sul, usando de armas primitivas, reagiram contra os invasores das suas terras, tentando expulsá-los daquele chão que, de direito, lhes pertencem.

Na última viagem que fizemos ao exterior, representando o Senado Federal, éramos inquiridos sobre o que se propalava, do genocídio de tribos brasileiras. O mundo inteiro tomara conhecimento da mortalidade, do assassinio frio de centenas e centenas de aqueles que, proprietários da terra, não podiam nela viver.

Esta revista que tenho em mãos, uma das mais importantes da Europa, publicada na Itália, revelou, ao velho continente, aquilo que se passara e se passava no Brasil em relação aos índios.

O enviado especial da revista "Europa" fez uma reportagem estarcida e as nossas embaladas foram procuradas para que explicasse o que ocorria no nosso País.

Quando estivemos nos Estados Unidos, encontramos jornais que também faziam referências ao genocídio, à morte violenta, a destruição dos nossos índios. Aqui trago a cópia de um dos artigos publicados num dos grandes jornais norte-americanos.

Também quando chegamos a Hong-Kong encontramos jornais chineses preocupados com o problema, reiterando a esse fato que nos envergonhou naquele momento e que continua a nos envergonhar. No "Saving China Morning Post" há um artigo sobre os acontecimentos de que a imprensa do mundo inteiro tomou conhecimento: o assassinio, a morte violenta de índios, a destruição de tribos inteiras. E agora, jornais, nos relembram o que dizíamos no início da nossa oração: no Rio Grande do Sul, os remanescentes das tribos que vêm sendo perseguidas

EXEMPLAR ÚNICO

5 estão extintas. Liveram agora que lutar de arco e flecha contra os invasores das terras que lhes sobram. Recebi de um grupo de jovens índios da Missão Anchieta, em Utiariti, no Estado de Mato Grosso, uma carta que me comoveu.

Tenho mais de vinte anos de vida parlamentar; tenho recebido milhares de centenas e centenas de cartas e telegramas mas nunca, pelos meus olhos, passou um documento que tanto me houvesse comovido.

Vou ler a carta porque a lhe direi a maneira como está escrita refletindo que os termos são mesmo dos índios.

(Lê):

Missão Anchieta Utiariti, 8 de maio de 1968 — Mato Grosso.

Exmo. Srr. Dr. Aurélio Vianna
M do Senador da Guanabara e do Brasil

Bom dia

Nós índios que estamos ego a em Utiariti, índios do rio Cravari; índios do rio Jurena, índios do rio Saire, índios do rio Tatui, índios do rio Buriti, índios do Zananguai, índios Nhambiquara, Irantxe, Poreci, Caiabi, Rikbar-te (canaeira), Apiaçá e outros nós agora sabemos que você é bom amigo de índio e escreveu uma lei muito boa para ajudar índios. Que terra onde índio mora é de índio que casanha onde índio tem maloca é de índio que seringueira onde índio mora é de índio que mora lá, e assim tudo. Padre Waldemar falou que você esreviu esta lei para ajudar índio. O padre disse também que você é muito bom e grande amigo de índio e de índio, os índios do Brasil. Você é muito bom mesmo. Precisamos pedir para você arrumar para Utiariti trezentos cobertores e roupa para índio, machados, facões, enxadas, carriolas de ferro, folees, um trator e um caminhão para os missionários e uma eletroila com muitos, muitos discos para os índios todos em Utiariti arrender a falar muito bem o português.

Todos nós de Utiariti, índios e missionários, queremos agradecer e dizer muito, muito obrigado a você. Que Deus lhe pague.

E aqui vem a assinatura de algumas dezenas de índios.

Por que isto? E que, quando se elaborava a Constituição de 1967, apresentei uma emenda, uma das mais discutidas e que, com grande dificuldade, constou do nosso texto constitucional. Havia uma luta organizada contra a aprovação de nossa Emenda.

As discussões sobre essa emenda se prolongaram, e ela foi aprovada, ferida madrugada, depois de debates intensos e, às vezes, acer-

Tenho aqui as notas taquigráficas que dizem da maneira como lutamos para aprovação da nossa emenda, emenda que foi elaborada com o auxílio, e depois das denúncias que alguns elementos que pertenciam ao extinto Serviço Nacional de Proteção aos Índios me fizeram, evidenciando a gravidade da situação. Denunciaram-me o assassinato frio de inúmeras índias, de menininhos que eram como que escravizadas; de moças que eram levadas a servirem de prostitutas em certas fazendas de alguns dos nossos grandes Estados; das terras que eram invadidas; das surras que muitos índios levavam de certos fazendeiros que, muitas vezes, atuavam protegidos por governadores, de Estado, por prefeitos municipais, por chefes políticos poderosos. E, o que é mais importante, alguns daqueles funcionários do Serviço Nacional de Proteção aos Índios foram punidos porque se confundiram e misturaram o ócio com o trigo.

Um dia destes tive oportunidade de falar com um homem de grande responsabilidade neste País, dizendo-lhe justamente da injustiça cometida contra alguns funcionários que, na verdade, desonham os índios, e el-

mento sobre assunto desta natureza: o problema do índio, os seus direitos postergados, a metança, a sua alienação, a sua destruição, até por águas envenenadas, pelas quais se dizem civilizados. Mas o Congresso Nacional existe para isto mesmo, e é bom que falemos, exigindo medidas de proteção aos nossos irmãos índios, principalmente porque eles não votam e, pelo menos, não se diria que se estamos abordando assunto desta importância para nós, desta relevância, é porque estariam tentando conquistar os votos dos índios. Mesmo se votasse quem afirmaria que, em 1970 ... Deixemos esta parte. Ninguém sabe o que vai acontecer até 1970.

Mas, Senhor Presidente, eu dizia que tenho esperança no atual Titular do Ministério do Interior, o General Albuquerque Lima, um nordestino culto, inteligente, sagaz e que ama a sua terra e a sua Pátria. Pois é isto que temos sabido daqueles que mais intimamente convivem com esse oficial superior das nossas Forças Armadas. Pois nós esperamos que Sua Excelência continue a investigar, o mais depressa possível, as denúncias que vêm sendo feita. Mande verificar analisar e se encontrar, entre os detidos, alguns inocentes que teria a grandeza de reconhecer o erro cometido pelo seu Ministério e os apresentar libertos de qualquer pena e de qualquer acusação.

Senhor Presidente, também estou na esperança de que não venha a ser decretado o estado-de-sítio. Tenho a impressão de que a nação civil terá o seu encontro com a nação — militar, porque, acima da farda do militar e da roupa do civil, só deve existir uma alma, a alma de brasileiro e um desejo, o de bem servir à Pátria comum. Todos esses acontecimentos estão a revelar que deve ser estudada a situação deste País pelos detentores do poder. Que se encontre uma solução contra os radicalistas de todos os setores, porque os temos em todos os setores. Que possamos sair da crise econômica em que está mergulhado o País, que possamos sair da crise social que está à vista e que se processam as grandes reformas, inclusive esta — a universitária, de que tanto se vem falando.

O Sr. Edmundo Levi — Permite-me Vossa Excelência um aparte.

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O SR. AURELIO VIANNA — Vossa Excelência, eminentíssimo Senador Aurélio Vianna, citou, desejando que se encontre uma solução para o caso, a nação militar e a nação-civil. Infelizmente, nobre Senador, isto é uma anomalia que surgiu no Brasil, após 1964. Nunca tinhemos ouvido falar, em nosso país em nação civil e nação-militar. O Brasil era uma só Nação: todos unidos pelo mesmo ideal de grandeza e comunidade, de destinação histórica. Entretanto, porque alguns elementos ambiciosos de mandaram, talvez, e se entender, como mentores, donos da opinião nacional, criou-se essa coisa que se viu tornando cada vez mais grave: a separação entre o civil e o militar no Brasil. Isto é uma desgraça, isto é uma infelicidade que poderá trazer as mais graves consequências para a própria continuidade histórica do Brasil. De modo que, como expõe V. Excelência, apelando para que se encontre a solução, no sentido de se eliminar essa separação, esse abismo entre civis e militares, só pode merecer o aplauso de todos aqueles que desejam o Brasil — Brasil, não Brasil de civis ou Brasil de militares. Queremos o Brasil como uma só nação governada com manifestação da sua autodeterminação, sem que pertença, particularmente a homens fardados, ou a homens não-fardados e sim a todos os brasileiros.

O SR. AURELIO VIANNA — Exatamente, nobre Senador, o que nos propomos a fazer. Não há tradição

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA
EXMO. SRR. DR. AURÉLIO VIANNA
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

EXMO. SRR. DR. FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

guns dos quais me trouxeram aquelas informações que serviram de base e não somente de motivação à defesa da emenda que apresentei à Constituição e que foi aprovada nestes termos: (leia).

“E” a segurada ao silvito, a posse permanente das terras que habita e reconhecid o seu direito a usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”.

Não havia na Constituição anterior um texto como este.

O Governo só não defendera os interesses mais legítimos possuidores da terra do Brasil se não quiser. Posui um instrumento hábil, que é a Constituição Federal, para dar proteção a esses filhos da terra, que continuam sofrendo os maiores vexames, as maiores injustiças como se fossem uma coisa, não tivessem coroa, não tivessem espírito, não raciocinasssem, não possuíssem aquele direito, que todos nos defendemos, à vida. E em pleno Rio Grande do Sul são invadidas as suas terras. E eles, em desespero, apelam para os arcos e as flechas e resistem como se fossem o último tamoio daquele quadro celeste que um dos maiores pintores desse País deixou para a posteridade.

O Sr. Pedro Ludovico — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Quando eu era Interventor Federal no Estado de Goiás, baixei um decreto doando aos índios crais mais de trinta mil hectares de terra. Não aí da mesma forma em relação a outros índios, os javádes e os xavantes, porque eram nómades. Aproveitei a oportunidade de aparte para dizer a V. Exa. que conheci V. Exa., um aparte? (Assentimento do orador) — Quando eu era Interventor Federal no Estado de Goiás, baixei um decreto doando aos índios crais mais de trinta mil hectares de terra. Não aí da mesma forma em relação a outros índios, os javádes e os xavantes, porque eram nómades. Aproveitei a oportunidade de aparte para dizer a V. Exa. que conheci

coítos públicos, aqueles que ficam em dinheiro destinado ao Serviço de Proteção aos Índios. Portanto, quando V. Exa. tem razão na sua afirmação porque no meu Estado, aqueles funcionários, todos eles, procediam mais ou menos corretamente.

O SR. AURELIO VIANNA — E V. Exa., Senador Pedro Ludovico, procurou sempre fazer justiça. Nunca se colocou ao lado do mais forte para destruir os interesses dos mais fracos. Daí o prestígio de que Vossa Excelência continua gozando em todo o seu Estado, e daí a admiração que todo o Brasil lhe devota.

Quando V. Exa. dou aquelas terras devolutas do Estado aquelas tribos, V. Exa. lhes reconheceu um direito, apenas lhes reconheceu um direito. Mas, neste “apenas” há um mundo de nobreza, de atitudes consequentes, que fizeram com que Vossa Excelência, no passado, como no pre-

sente, fosse sempre credor da estima do seu povo e do respeito dos seus adversários. Se todos procedesssem assim, não estaria este País se defrontando com um problema que se torna universal, abordado por uma revista como esta, publicada na Europa — das maiores revistas editadas em qualquer parte do mundo, em qualquer continente — que dedicou muitas de suas páginas ao índio brasileiro e denunciou ao mundo o genocídio que se estaria praticando no Brasil, em pleno século XX. Todos sabem que nós somos humanistas. Por isso a Europa e todo o mundo percebam agora que esse assassinato fraco, esse destruição de tribos é fruto do suíno e do amolho de um grupo,

felizmente, pequeno neste País, mas, infelizmente, muito poderoso.

Ora, Sr. Presidente, eu não sou só, ainda, das providências tomadas para a proteção dos índios. Confio no Ministro do Interior, o General Albuquerque Lima. Certa vez, conversei com este oficial superior do nosso Exército e tive dele uma impressão altamente favorável e positiva. Desejo, pois, desta tribuna, pro-nunciar algumas palavras que, espero, cheguem aos seus ouvidos. Houve funcionários punidos, e a punição não foi justamente aplicada. E se o direito de defesa lhes foi reconhecido, como deve ter sido, então, a pena deve ter sido a mais justa possível. Mas houve funcionários, aos quais V. Exa., Senador Pedro Ludovico, acaba de se referir e alguns dos quais eu conheço, punidos, e que, nesta Casa, por ocasião da Grande Comissão Mista que estudava o projeto de Constituição, transformado na Carta Magna de 1967, passaram dias e noites fornecendo, a Deputados e a Senadores, argumentos a fim de que na Carta Maior do Brasil, fosse colocado um artigo que preservasse os direitos inalienáveis dos índios à posse da terra.

Sr. Presidente, na verdade, os jornais continuam publicando que estavam ameaçados do estado-de-sítio. E de maneira que acho uma certa injustiça nesse castigo que se aplica a funcionários do Serviço Nacional de Proteção aos Índios, a mim, levanta a sua voz para falar, enquanto que aqueles que deviam cumprir a Justiça brasileira, usando de expressões que merecem a Justa indignação, repudiam ate de corregidores seus como, por exemplo, de um homem da tabuleira morta e da coragem cívica do nosso deputado, Deputado Britto Velho; quando aquele Deputado, dando entrevistas e entrevistas que, de algum modo, afirmam o Brasil, quando os estudantes se comportam bem numa passeata ao invés de uma palavra que se traduz em segurança, nós ouvimos que está em destaque a decretização do estado-de-sítio. Este é um sistema de Governo constitucional, num sistema de Governo que ainda não chegou à ditadura plena, representa medida de excepcional gravidade, porque retira, temporariamente, do cidadão brasileiro, certas prerrogativas que a Carta Maior, isto é, a Constituição lhe outorga.

Senhor Presidente, é quase extraordinável estarmos falando, neste mo-

militarista no Brasil. Há militares neste País, espírito prussiano nunca houve.

Sempre se dizia que o maior prazer do militar brasileiro era o de se despedir da farda, para vestir trajes civis, pelo desejo de se tornar, cada vez mais com o fato, evitando assim, discriminações para que os enfeites se processassem sempre, ao sabor do espírito da fraternidade.

Creio que um dos militares que mais reconhecia esse ato é o ex-líder brasileiro fui o General Pedro Aurélio de Gois Montenegro. Foi um militar incomprendido diante de que, além de grande cultura, — o velho mangabeira dizia — era um humanista, era eminente latinista, tradutor, Ciceron com uma facilidade espanhola, versava os assuntos mais difíceis com maestria. Tinha uma capacidade de interpretar os fatos sociais que impressionava a quantos dele se aproximavam.

Eu não ouso discutir o discutível da personalidade do meu compatriota, o General Pedro Aurélio de Gois Montenegro. Revelo apenas esta fase de sua vida, que não é opinião propriamente minha, mas a de um homem que continha dirigindo o meu ideal político.

Sr. Presidente, não nos podemos recusar de discutir os problemas nacionais.

Não faço parte daquela constelação dos patologicamente pessimistas, que não têm, diante de seus olhos, senão uma cor: a negra. Tudo é escuridão para eles. Não faço parte daquele grupo masoquista, sadista que revela nas suas palavras, ter prazer de sofrer e ter alegria em fazer os outros sofrerem. Não sou deste grupo político.

Não perdi a fé neste País, País jovem, de jovens, mesmo porque — como dizia de outra fez — minha idade física já vai um tanto cu quanto avançado — infelizmente para mim — minha idade espiritual é tão jovem quanto a idade física dos mais jovens, dos mais interessados nas transformações profundas na infraestrutura sócio-econômica, e política deste País, com a diferença de que se um grupo tem entusiasmo, e apena entusiasmo, este entusiasmo está servido por uma longa experiência no contato com os homens, tanto que não sou instrumento de grupo nenhuma nem de ninguém.

Sou instrumento de uma doutrina — a socialista-democrática — e esta doutrina nunca reneguei, não renego, nunca tive motivos para fazê-lo.

Se um dia surgir uma nova concepção (porque o mundo é dinâmico) que me convença que deve ser substituída por outra, o farei.

Dizia Ruy, e com muita justeza — se é que a frase é dele: já li como se fosse dele — que não é digno do nome de homem quem não tem coragem de mudar de idéias. Naturalmente, que substituir as velhas idéias, obsoletas e anacrônicas, pelas novas se estas, substituindo aquelas, são fatores de desenvolvimento, de progresso, de evolução.

Sr. Presidente e nobres Srs. Senadores, neste livro de um grande cristão eu leio — e vou terminar este discurso com esta leitura, com este pensamento sobre a posição do cristão no mundo moderno, do cristão no mundo atual, do verdadeiro cristão que não tem vergonha de afirmar a sua posição em face do mundo. Daquele cristão que não adota o mitemismo como norma de vida. Nos momentos de perigo ele toma a cor da árvore onde ele se encontra. E às vezes, em se dizendo profundamente cristão, consequentemente espiritualista por convicção, para tomar a forma de uma árvore que ele pensa que no instante é a mais frondosa, ele se proclama também, até no campo filólico materialista.

Esse cristão de fama internacional,

Philippe Maury, em estudando os primeiros da qualidade, afirma assim:

(Lerão)

"Ora, diante das calamidades que veria logo a humanidade, a caridade individual pressa impaciente, não pode esperar o próprio mal, não pode aguardar a lida de alguma calamidade. Viverá numa época tal que para os esforços de ordem política haverá não só lutas e conflitos, como lutas políticas. Queremos, de fato, clamar aqui que é de fato, vestir os que se fazem, recolher os que se fazem?" Ocupa o nos entanto das vítimas da discriminação racial e da exploração econômica; dos povos ignorados à colonização estrangeira; dos prisioneiros, dos refugiados, dos deportados, daqueles que a propaganda política priva da liberdade espiritual; dos que têm sido conservados na ignorância para que sejam instrumentos dóceis de um estado totalitário cu de interesses privados desejosos de garantir mão de obra barata. Pensemos no escândalo da fome, de que sofrem dois terços da humanidade, enquanto que uma privilegiada minoria não cessa de adquirir cada vez mais abundância e mais luxo. Só as reformas políticas e sociais profunda, só uma revolução da economia, só o estabelecimento de novas estruturas internacionais poderão mudar a sorte de todos essas vitimadas e libertá-las do medo do futuro. Como fazem ainda tantos cristãos, como fazem ainda tantos cristãos, recusar este "cristianismo social" é virar o Senhor das águas".

Não foi um padre quem escreveu essas palavras. É um livro que corre mundo, sobre educação e política, de um dos homens que viveu e conviveu durante muitos anos com a juventude, particularmente com a da Europa. Este homem creio que foi o Presidente da Federação Mundial das Associações Católicas de Juventudes. E então ele dizia, Na que observava, que via com a juventude:

"Não se pode viver com estudantes, trabalhar entre eles, sem participar de seu sanseios políticos, diria talvez, da sua obscuridade pela política. Mais do que ninguém, os estudantes, o mundo universitário, sofrem as flutuações e reverses políticos do nosso tempo.

As universidades, em virtude de sua própria natureza e de suas funções, são uma sensível caixa de ressonância intelectual, social. Como toda a juventude, os estudantes são atingidos pela incerteza, a ansiedade, o desânimo provocados pela confusão ideológica, a tensão internacional, as crises econômicas, a ameaça atomica. Mas, como intelectuais, eles sofrem mais dolorosamente a sua impotência diante das forças políticas das quais se sentem os joguetes".

E assim que eu também interpreto o fenômeno da juventude brasileira, da juventude de qualquer parte da terra. Insegura, luta para ter segurança; sob ameaça de destruição total, pela bomba atómica, luta por um mundo de paz e reage.

O que precisa é ser compreendida pelos cristãos, por aqueles que se dizem cristãos, que estão no poder, não sómente aqui, como ali e além e que, muitas vezes, tomam atitudes que contrariam não só a letra do Evangelho, mas o próprio espírito do próprio Senhor da Vida, que é o Cristo, segundo a nossa concepção.

Assim, em que pese a declaração de que Líder do Governo na outra Casa do Congresso Nacional, de que

a convocação extraordinária está salvando os direitos fundamentais, a liberdade de expressão, que é o direito de manifestar, que é o direito de criticar, que é o direito de opinar, que é o direito de protestar. Porém, a liberdade de expressão é estrangeira de que o Congresso aberto tem causado grandes desgraças à Nação em todo o mundo; que se diria que se realizasse essa afirmação por meio de protestos, inclusive por meio destes abomináveis conhecimentos da vida e racismo, sentimentos de ódio e humanidade, preservados de dentro a geração, e não apenas em um único indivíduo. Em poucas palavras, o tirocínio é mundo que envolve os espíos celestes e o prepara para praia maravilhosas da tecnologia, simbolizadas nos Estados Unidos, neste mundo o tirocínio, a maturidade trás consigo, cedeu lugar inexplicavelmente à educação. Não esqueçamos que todo o mundo do ano 2.000, previsto em maravilhas da tecnologia, é um produto do homem, e exatamente daquele que é homem de mais maravilhoso e sobrenatural: o poder de criar, de inventar, que a educação estimula e aperfeiçoa.

Mo deixa de ser, assim, estranho que os problemas de educação estejam sendo elaborados em discussão pública tão ampliada e que, por causa dessa discussão, já se tenham, até, enfrentado e apariado, talvez para sempre estudantes e policiais. A situação demonstra, antes de qualquer resultado que possa conter, uma intensidade elementar prejudicial diante de um problema mais que angustioso e realente vital para a Nação. Os jovens, antes de discutirmos se devem ou não participar da vida pública e da discussão dos problemas nacionais, seria mais conveniente daliás, pelo educador, condições melhores, para que esse participação se faça em função da contribuição própria, livre de influências, sejam essas as de repulsa, da subversão, sejam as radicais, da pressão oficial. Creio que será melhor para nós todos, para as liberdades públicas, para a tranquilidade democrática para a estabilidade econômica, para a segurança individual e para a segurança do regime, naquilo que ele não tem de anacrônico e que deve ser preservado, enfim, para o bem de todos e a felicidade geral da Nação, que o viveremos os estudantes como eles são, inventivos, ávidos de reformas, não apenas universitárias, mas as nacionais, e não como desejam ruios que ele sejam sómente assíduos frequentadores de aulas, mas sérios cidadãos, porque formados em sistemas que podem tanto deformar o sentimento humano, quanto enfraquecer os sentimentos nacionais, que vem se mantido mais forte que todas as ideologias, desde as tribulações históricas da Coroa Portuguesa, repelindo tantos invasores e tantas infiltrações políticas estrangeiras.

A revolução de 1964, demonstrou, em muitos aspectos, conduta realmente revolucionária, contrastando cois governos que já ofereceu ao país com a conduta contemplativa de tantos outros governos anteriores. Mas essa ação indiscutivelmente, não existiu em relação à educação. Escuras ultrapassadas e vantagens normativas foram preservadas, o que não se justificaria ainda que a pretensa de respeitar alguns direitos. Contra esses direitos individuais, deveríamos levantar o direito maior de todos a liberdade que não deve ser comprometida em seu futuro. E não deixa de ser paradoxal, por exemplo, que muitas leis da Revolução, que contêm leis de direitos ao povo, reiram introduzindo fatos e fórmulas matemáticas pretendendo fôssem entendidas por um povo comprometido

na sua educação, pois que 60 por cento dos que chegam a frequentar a primeira série do curso primário não conseguem alcançar o segundo ano.

O Governo Costa e Silva, a conecer pelo próprio Presidente, representou, e ousou dizer que ainda representa, uma esperança nacional. Sua ascensão à Presidência teve, indiscutivelmente aspectos de alívio nacional e, em que pesem os tumultos e os incidentes os desejos contrariados e as insinuações repelidas, continua a representar o mais sério argumento contra os esforços para subverter, pelo ato ou pela força, o regime constitucional. Convém que esse Presidente e esse Governo, vencendo as maquinâncias dos maus conselhos e a coação irresistível dos fatos consumados, se afirme na direta proporção dos anseios com que foram recebidos.

Atrevo-me a pedir ao Marechal Costa e Silva que, assim como o soldado se coloca acima do tempo, pontapse acima dessa política de fatos consumados que já ousaram transiir para o seu próprio gabinete. Indiscutivelmente, a Nação reclama uma nova política educacional. O Governo está creio, em condições de oferecer aos jovens e ao povo, essa política. Nem as passeatas, nem as Jeutinas, nem os interesses devem prevalecer sobre essa diretriz.

Em problemas muito mais difíceis pela quase impossibilidade de se fazer entender, pela grande maioria, como é o problema salarial, o Governo Federal indiscutivelmente chegou a uma situação muito mais satisfatória. Não há como esconder que, no que poderia ser campo de muito maior e mais explosiva insatisfação, a conduta de um dos ministros do governo, o Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, alcançou resultados muito acima da expectativa, não se complementando o chamado "arrôcho salarial", ainda que arrôcho, com o arrôcho policial das repressões violentas a gás, cassetetes e tiros. Não estaria ali um exemplo de diálogo, ainda que nem toda a razão esteja adiante de quem tem que dialogar?

As necessidades de educação não são apenas motivos para juvenil agitação. A solução dessas necessidades é realmente a aspiração nacional, e desejo de cada cidadão em particular. Anos atrás, a educação, a formação dos jovens, não seria tão reclamada. No interior do meu Estado, homens que chegaram à abastança das riquezas materiais, mas continuaram semi-analfabetos, jamais desejariam pra os filhos outra situação. Nem se preocupariam com a educação porque foram, sem nenhuma letra, materialmente afortunados. Para os filhos, a mesma riqueza e a mesma incultura, era o que aspiravam. Mas houve muito mais que uma revolução no

mundo de hoje. Agora, esses semi-analfabetos e analfabetos homens do interior desejam tanto que os filhos sejam abastados como, e principalmente, que freqüentem as escolas para não serem incultos. A riqueza material éles próprios cuidas de transferir a aos filhos, mas desejam que estes conquistem o conhecimento, a técnica, a cultura de que lhes dão notícia o rádio, os jornais, as revistas, os próprios viajantes neste mundo que já não tem extensões geográficas que separam os povos mas onde ainda se tem a afastar os homens. (Muito bem!)

COMARCEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Milton Trindade
Sebastião Archer
Dinarte Mariz
Armando Storni

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Presentes apena 19 Srs. Senadores.

Toda a matéria da pauta da Ordem do Dia depende de votação. Não ha quorum regimental. (Pausa).

Se nenhum dos Srs. Senadores desejasse fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

SESSAO EM 10 DE JUHO DE 1968
(Quarta-feira)

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 250, de 1968, de autoria do Sr. Senador Aarão Steinbruck, solicitando transcrição nos Anais do editorial de O Globo, de 27 de junho de 1968.

2

Votação, em turno único do Requerimento nº 862, de autoria do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando prorrogação, por mais 100 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Mista incumbida do estudo dos problemas agropecuários e seus reflexos na economia nacional.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 76-68 (número 1.280-B de 1968, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que revoga o Decreto-lei nº 127, de 31 de Janeiro de 1967, modifica dispositivos do Decreto-lei nº. 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 171, III, do Regimento Interno), dependendo de pareceres das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 10 minutos).

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da Agro-Indústria Canavieira.

ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1968

As vinte e uma horas do dia quinze de maio do ano de mil novecentos e sessenta e bito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Fernando

Corrêa e Dylton Costa e os Senhores Deputados Brito Velho, Monsenhor Vieira, Manoel Tavares e Maurício Goulart, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira, na Sala da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Manoel Vilaça, Raul Giurerti, Rui Carneiro e José Ermírio e os Senhores Deputados Pedroso Horta, Magalhães Melo, Wilson Martins.

É lida e são debates aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o

Senhor Professor Renato Woisky, Professor de Pediatria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e indaga de Sua Senhoria se deseja fazer uma exposição oral ou ler seu relatório. O Professor Renato Woisky responde que não trouxe relatório e que prefere que façam perguntas sobre o assunto. Interrogado demoradamente pelos parlamentares presentes, o Senhor Professor fica de enviar à Comissão vários dados que computará sobre a matéria.

Finalmente o Senhor Presidente agradece a presença do Professor Renato Woisky, determina que as informações que Sua Senhoria enviar sejam incluídas ao processo e que as notas taquigráficas desta reunião sejam anexadas à presente ata para publicação.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SOBRE A SAÚDE DO USO INDISCRIMINADO DE ADOCANTES ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, BEM ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

ANEXO DA ATA DA 11ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 1968, AS 21.00 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Senador Milton Campos Vice-Presidente: Senador José Ermírio

Relator: Deputado Pedroso Horta Relator Substituto: Deputado Brito Velho e

Depoente: Professor Renato Woisky, da Cadeira de Pediatria da Faculdade de Ribeirão Preto

Integra do apanhamento Taquigráfico referido na Ata

O SR. PRESIDENTE (Senador Adalberto Sena) — Estão abertos os trabalhos.

Na reunião de hoje, temos a satisfação de ouvir o Professor Renato Woisky, da Cadeira de Pediatria da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, a palavras do Sr. Professor.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKY — Eu preferia que me fizessem perguntas sobre o assunto porque acompanhei mais ou menos esse roteiro e tinha tomado algumas notas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator Substituto) — O método que temos usado — O Sr. Presidente permite — é de propiciar ao depoente a forma que desejar. Alguns têm preferido, e é a regra, fazer uma exposição sistematizada e, depois, se submeter ao interrogatório. Mas quando o depoente deseja ser interrogado primeiro, evidentemente assim é feito. Se V. S^a desejar este método, vj seja de formular-se pergunta e dar as respostas, evidentemente seguiríamos esse processo.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKY — Então eu faria um apanhamento.

A finalidade desta Comissão é verificar a periculosidade ou não dos edulcorantes e a possibilidade ou a vantagem de sua substituição pela sacarose.

Como médico de crianças temos como finalidade principal na promoção da saúde da criança, estabelecer um regime normal. Faltão somos nutricionistas por exceléncia, e, nestas condições, temos que estabelecer sempre um regime que guarde proporções

mais ou menos adequadas dos vários alimentos, mais ou menos elevadas desses capitais que são: as proteínas, os hidratos de carbono e as gorduras.

As fontes de hidrato de carbono, em geral, têm que cobrir por volta de 50 a 55% das necessidades calóricas de uma criança; 35% ficam para as gorduras e mais ou menos 12 a 15% para as proteínas.

As fontes de hidrato de carbono são muito fáceis de obter e produzem uma caloria barata e de energia pronta e por isso mesmo, então, se torna muito fácil, muitas vezes, o seu exagero, especialmente em países pobres onde existe outras fontes de proteínas que é uma caloria rica, que é um produto de maior dispêndio se tornar carente em nossa alimentação. Mas desde que o regime seja equilibrado, nós podemos usar como fontes calóricas de hidratos de carbono, todos os elementos que a natureza nos fornece.

Os hidratos de carbono estão fundamentalmente dispersos nas frutas e nos vegetais em geral. As frutas muitas delas, apresentam um hidrato de carbono de fácil absorção, de fácil utilização, praticamente sem metabolização, que é a frutose. Mas tornou-se geral, em todo o mundo a substituição ou a complementação da alimentação da criança, que se tornou fácil de associar-se com a sacarose. Realmente a açúcar de cana é produto que vem de eras muito antigas, uma libra de açúcar, de cana ou de beterraba, custava mais ou menos, três shillings, o que corresponderia NCPS 2 e meio hoje. Mas com a perversão progressiva do apetite da humanidade foi se exigindo sempre mais outros adoçantes progressivos, porque há um certo condicionamento de paladar adocicados. De alguns anos para cá se tem desenvolvido a indústria de adoçantes, especialmente nos países desenvolvidos onde se tem o problema da obesidade (que não é o problema do brasileiro); o do brasileiro é o problema da fome.

É só lembrar que, nos Estados Unidos, até alguns anos atrás, o número de obesos orçava por 6 a 8% da população que já aumentou para doze, e hoje está por volta de 16 a 18%.

De modo que elas têm um problema muito sério que é a redução da obesidade. Para isso é necessário que se estabeleça um regime bem dosado, com cota ideal de hidrato de carbono e procurando reduzir, então aquelas que são mais fáceis de serem reduzidas.

Retirar hidrato de carbono de frutas não se pode, porque o indivíduo tem que comer a fruta por que tem necessidade de sais minerais e retirar os hidratos de carbono, de outros vegetais, não se pode. Então, se reduz aquilo que é adicionado. E por isso nestes regimes foi reduzido o hidrato de carbono.

Reconheço que nos viciamos muito com açúcar, tanto que nosso paladar é sempre deturpado desde a infância.

Tenho procurado reduzir é o açúcar no regime das crianças, mas não suprimir porque é tão necessário quanto outros alimentos.

É tão necessário como o amido que vem sob muitas formas, como a carne e outras fontes de proteínas.

O leite materno tem 7% de lactose, temos que combater esta deficiência com açúcar.

Fui o primeiro pediatra neste País — e me enverdeço disto — que comecei a combater o uso de hidrato de carbono na alimentação da criança, mas não do açúcar, porque o açúcar chega a ser tão adocicado que a criança não aceita.

A farinha é um perigo. Muitas vezes há crianças com excesso de gordura, mas não com excesso de tecido adiposo, crianças com robustez excessiva no primeiro ano de vida e que

depois começam a afinar, para desse-pêro das mães.

Nós opatmos usar hidrato de carbono e complexos, não sob a forma de amido, com os quer impingir uma indústria, mas sob forma em que venha também com nova percentagem de proteínas, que é o grão cereal, que é ceteal mal esmagado e o nosso milho, sob a forma de fuba, tão conhecido de todos, reduzindo esse amido puro que, no final, vai dar muito mais trabalho à criança e vai se transformar em aéreas do mesmo jeito.

De modo que estou defendendo o meu ponto de vista. Não sou dos que pensam que o abuso de açúcar é feito entre nós, mas nem por isso deve ser proscrito, deve ser condonado.

Queria deixar para o fim um protesto que eu recebi domingo. E um calhamaco, provavelmente de algumas firmas interessadas nisso, procurando condicionar as minhas respostas.

Há cerca de cinco ou seis anos, deixara mem casa um cartão de uma certa dona Vera, que eu não conheço, com um relatório. Então estavam as respostas, ali, muito bem feitas, muito bem condicionadas. Fui ver e verifiquei que estavam muito de acordo com este calhamaco aqui mas fazendo algumas afirmações que não são verdadeiras. Mas o "Medical Education", justamente por intermédio de um grande pediatra, Charles Meyer, lançou um artigo que foi uma verdadeira bomba na indústria farmacêutica em geral dos Estados Unidos. O título do artigo era: "Educando os médicos através da propaganda." Então, mostrava como a propaganda era tendenciosa e mostrava até artigos dentro de uma mesma revista em que combinavam certos produtos mostrando o perigo desses produtos no desenvolvimento do feto por exemplo, mostrando que poderiam levá-lo até a certos estados de psico-sexualidade. No entanto, era tirado sólamente um trechinho para o anúncio, trechinho em que se recomendava aquél produto.

Acredito, portanto, ser falta de ética mandar isso para que eu respondesse aqui. Num dos trechos ali transcritos, diz que a sacarose está sendo pouco difundida, que a sacarose poderia até produzir artério-esclerose.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — O trabalho que V. Exa. recebeu, contendo esses esclarecimentos, é tendencioso?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Realmente, é tendencioso. Basta verificar que nos Estados Unidos, onde se comece muita sacarose, onde as crianças comem muito açúcar, na guerra da Coreia, da qual participaram rapazes de 20 a 21 anos, diz o comentarista ser grande o número de portadores de artério-esclerose.

De modo que defendo o meu ponto de vista de que a sacarose, se não é indispensável, é necessária e de administração fácil. É útil para a alimentação da criança.

Agora, como todos os alimentos tem seus defeitos e suas virtudes. O fogo esquenta e queima. De modo que, se for abusada ela pode provocar diarréia. Mas, qualquer outro desses produtos provoca diarréia da mesma forma. Não vejo porque estar se condonando. Realmente em tais edulcorantes não se encontra nada por que se possa dizer que eles possam conduzir a algum mal maior para o indivíduo, pois há 35 anos clínico e sempre usei a sacarina para edulcorar as poções destinadas às crianças que não poderiam ingerir o açúcar e naquelas doses de 5 centímetros para cada 100 gramas de líquido. E o próprio professor de farmacologia da faculdade, usa edulcorante há 15 anos, sem perigo nenhum. O único que possa ser nocivo é aquele que foi lançado no mercado japonês e que, felizmente, não é utilizado aqui.

O seu excesso, e que se torna muitas vezes até intolerável, é que pode levar à diarréia, da mesma forma que há diarréia pela sacarose. Quanto às ações mortígenas provocadas por adoçantes, somente o são por esses que não estão no mercado.

Contra indicação com bases científicas no emprego dessas substâncias, acho que, a não ser pela redução de hidratos de carbono, só mesmo para indivíduos que são tendentes para a obesidade ou que já são obesos.

Mas aqui há um outro inconveniente. O indivíduo pensará que pode reduzir o peso, comendo carne e gordura da mesma forma e reduzir a gordura e comer carne quando quiser.

Simplesmente vai transformar a carne em caloria, caloria mais cara, com quantidade de resíduos muito mais nociva.

Todos esses regimes têm que ser equilibrados.

O indivíduo tem que comer menos e não monocultivar o paladar, como é tão comum fazer-se.

Quais os efeitos dos resíduos dos edulcorantes?

Têm os efeitos e as restrições de todos os hidratos de carbono. Sem elas não há desenvolvimento normal.

Não vejo vantagem nenhuma na substituição da sacarose pelo calórico, a não ser nas pescas mais desenvolvidas.

Se há prejuízo da venda indiscriminada dos adoçantes não calóricos, não há prejuízo, se a pessoa receber a quota de hidratos de outras fontes. É preciso reeducar o apetite do indivíduo.

Quanto ao uso deles como produto dietético, se eles são utilizados em produtos dietéticos, devem ter indicação precisa e devem vir n'orotulo desses produtos dietéticos da mesma forma que vêm no leite em pó.

Não deve ser usado indiscriminadamente. Temos observado pessoas que pensam que, com umas poucas gotinhas, estão substituindo o açúcar.

E já tive o desprazer — eu, que combatto o adoçar uma fruta — de ver minha filha querer pôr algumas gotas desse edulcorante num pedaço de mamão.

Há mesmo um versinho que acho muito interessante e caracteriza bem o brasileiro: "com afeto e com açúcar". Ficaria desagradável dizer "com afeto e com sacarina"! (Risos.)

Se temos um defeito, por outro lado, temos grande vantagem: é esse grande amor que o nosso povo tem pela criança. O nosso povo pode ter deficiências noutros sentidos, mas o seu carinho pela criança não falta. E esse carinho tem que vir acompanhado de açúcar. Acho que é a forma mais fácil e mais gostosa.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Sr. Presidente, não estando presente o nosso eminente Colégio Deputado Pedro Horta, devo, esta noite, funcionar como Relator, já que o Relator substituto sou eu.

Antes de mais nada, quero apresentar aos meus eminentes Compromissários de Comissão aquél que acaba de expor.

O Prof. Woiski está aqui, exatamente porque alguém, que é objeto de alta consideração minha, disse-me que considerava o Professor Woiski, atualmente, o maior pediatra do Brasil. Naturalmente, por modestia, o Professor não concordará com essa declaração. Entretanto, o professor que me assessorou, em parte, neste assunto sugeriu, com grande interesse, que ouvissemos o Professor Woiski pelas suas excepcionais qualidades não apenas como cientista que é de renome, mas ainda como clínico de primeira água.

Pôsto isto, quero agradecer ao Professor Woiski a naturalidade e simplicidade com que apresentou a sua exposição inicial. Agrado muito. Poderia o Professor Woiski, com os conhecimentos que possui, fazer um ver-

dadeiro show de conhecimentos, mas cientista que é, a arte de representar não é propriamente uma das características do bom cientista e do bom médico. Exposição serena, tranquila, sobremodo exposição muito segura, qual seja a apresentação de seu ponto de vista, de uma maneira que lembra aquél verso do nosso Camões: "um saber de experiência feita". Não é um saber tirado apenas de leitura mas adveniente da meditação da leitura e da observação dos fatos. A rigor, poderíamos até dizer que estávamos satisfeitos. Entretanto, seria sumamente desagradável, depois de uma longa viagem, vindo de Ribeirão Preto a Brasília, não batessemos um papo. V. S. vai-me permitir, especialmente o nosso eminente Presidente, que eu use tal expressão, tanto mais que V. S. revelou, ainda há pouco, certo gosto por esta maneira de falar, desataviada.

Vou retomar, com a licença devida do Professor Renato Woiski, alguns pontos. Antes, entretanto, gostaria de ouvir a sua opinião a respeito do emprego do açúcar mascavo. É uma questão a latente, mas como já foi referida, em uma das sessões passadas, gostaria de conhecer o que pensa a respeito. Sabemos que o refinado, praticamente, é a sacarose pura, enquanto que o mascavo teria a vantagem de trazer ainda algumas outras substâncias especialmente ferro.

Professor Renato Woiski, pensa V. S. Iossé do interesse para as populações mais pobres, as que têm menores recursos de variedade alimentar, o uso do açúcar mascavo?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Creio que sim, por uma das razões que V. Exa. citou. Há muitos anos, no Havai, se fez uma observação nesse sentido. As crianças eram de tal ordem nas plantações de abacaxis, que as crianças apresentavam uma anemia carencial muito mais acentuada que a observada nas das plantações de cana. As das plantações de abacaxi recebiam o açúcar cristal, ao passo que as das plantações de cana-de-açúcar recebiam justamente o que chamamos, aqui, de melado, que é muito rico em ferro. O melado não é sacarose pura, contém outros tipos de sacaroses, de modo que tem tendência muito grande à fermentação. Por outro lado, não sendo sacarose pura as suas concentrações não têm cosmopolaridade maior, provocando por si só diarréia e trazendo água para os tecidos. O único para os tecidos. Observa-se, assim, que poderia ter vantagens e desvantagens. O único inconveniente que vejo no açúcar mascavo é que ele não adoça tanto quanto o açúcar comum e, pela perversão do apetite por coisas adoçadas, talvez as mães usem demais este açúcar. Em vez de colocarem a percentagem prescrita pelo médico, ou seja, na base de 3 a 5%, que seria o útil, elas exageram. E o que ocorre quando o inédito prescreve a glicose pura que quase não adoça. As mães procuram adoçar pelo paladar deles próprios em vez de ter em vista o paladar da criança, e usam então proporção de 10, 12 a 15%, o que dá concentração muito grande e imolaridade geralmente elevada, provocando diarréia. Neste caso, é só verificar a concentração que está sendo usada, e logo se conclui que houve uso exagerado do dextrosol. Ele não é para fermentar porque, não sendo glicose pura, tem absorção praticamente imediata e não iria para o intestino, mas ele provoca diarréia ósmotica. Este seria seu único inconveniente, mas, por outro lado ele teria a vantagem de fornecer alimentação mais barata, como precisa mais ou menos 60 a 70% da nossa população, isto sem contar acréscimo de ferro, o que não é desprezível, porque, em nosso meio, é frequente a anemia carencial, justamente por falta de ferro. Daí o enriquecimento que fazem, nos Estados Unidos, de cereais e outros produtos, com sais de ferro para corrigir a anemia carencial.

Não sei se respondi à pergunta de V. Exa., Deputado Brito Velho.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator-Substituto) — Perfeitamente.

Este assunto agora não tem nada a ver com o tema, mas queria perguntar a V. S., eminent autoridade no assunto: quanto ao problema das anemias hipocrônicas de tipo ferro privo em indivíduos parasitados, qual a sua observação? Se, na zona em que V. S. trabalha, receberam eles boa alimentação, instala-se sempre, sistematicamente, a anemia ou só naqueles em que se associa a infestação parasitária com regimes alimentares relativamente pobres?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI (Depoente) — Depende principalmente do regime alimentar pobre, porque, segundo observações feitas há anos e já citadas — acredo nos trabalhos de Wálter Osvaldo Cruz, em certas regiões argentinas, quando o uso da carne e das rutas era muito grande, apesar da alta infestação (?), os indivíduos não tinham anemia. Nossas crianças são geralmente desnutridas, pois têm alimentação carente, especialmente daqueles elementos que formam hemoglobina. Têm elas não só falta de ferro, mas — e principalmente — de proteínas e de alguns ácidos gordurosos essenciais. Podemos dizer, por exemplo, em relação às crianças que abusivamente chamamos de "cachorro" — nome dado na África pelos ingleses, que descobriram o que os alemães já tinham feito há 30 ou 40 anos —, há pequena destrofia farinácea, etc. Nessas crianças não há falta de ferro, tanto que hoje em dia não estamos dando mais ferro para elas. Simplesmente completamos a alimentação com proteinas, etc., e elas se corrige espontaneamente.

Agora, quase todas elas vêm para nós infestadas. De modo que temos simplesmente que erradicar, e os processos de erradicação, hoje, são muito rápidos e muito fáceis. Fazemos principalmente tratamento rápido, em quatro ou cinco dias. Não se espera como antigamente, em que se aguardava um mês. Agora não damos tempo ao ferro, não damos descanso a elas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — Vou interromper um pouco o Professor e o nosso Relator, Deputado Brito Velho. Vou ter que sair de um momento para outro, e queria pedir licença para reformular uma pergunta.

O Prof. Woiski nos disse, no começo de sua exposição não saber de que origem lhe chegaram algumas informações no sentido de dar respostas completamente tendenciosas a esta Comissão, inclusive com dados falsoseados, com citações truncadas. Eu pergunto ao Prof. Woiski se não alguma inconveniente — porque fica a seu inteiro critério — em dar cópia a esta Comissão, ou remeter o original recebido, embora não saiba a sua origem.

O SR. RENATO WOISKI — O que me deixou triste é que este relatório vem assinado por um professor que continua a ter na melhor conta que é um grande sanitário mas que não é nutricionista. Provavelmente, portanto, as informações que obteve ali..

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — ... foram falsificadas também.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Falsoseadas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO GOULART — A minha pergunta é se V. S. teria inconveniente em nos remeter esse original.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Não tenho. Não tenho, porque acho que essa é uma coisa que deve ser combatida.

O SR. DEPUTADO MAURICIO GOULART — Evidente. Tanto mais que se trata de uma figura, como diz V. Sa., de tão eminentes sanitários, que merece todo apreço. Mas ele foi ataqueado na sua boa-fé.

E essa figura, essa pessoa, esse professor que remeteu os documentos à Comissão o fez espontaneamente ou fez por sugestão de alguém?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Foi por sugestão de um Laboratório. E declaro, com inteira lealdade que, com esses documentos, o nobre Relator e o Sr. Presidente terão meios inclusive de verificar quem falseou os dados.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Tive oportunidade de consultar alguma literatura, especialmente americana e europeia, a respeito de adições tóxicas, advenientes ou decorrentes do emprego de doses três, quatro ou cinco vezes por dia, desse edulcorante. Teve V. Sa. também alguma notícia sobre isto?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Esta pergunta foi formulada pelo Professor de Farmacologia e ele disse que não há ação tóxica. O que pode provocar é a diarreia e mostrou-me a revista onde existe citação desse produto japonês, de concentração elevada, que não foi levado ao mercado é altamente tóxico, sendo por isso rejeitado e parece não é usado no Brasil.

A sacarose e o ciclamato não tem inconveniente algum. O único, é possivelmente a diarreia, sem qualquer outra consequência tóxica.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — As suas respostas às perguntas, em geral sobre problemas de metabolismo, são satisfatórias. Tenho que informar a V. Sa. que teve de formulá-las porque, tratando-se de uma comissão que está a inquirem sobre o assunto, é não sentido composta de médicos ou biólogos deviam as perguntas ser respondidas pelas que viessem aqui depor, especialmente pelos professores de medicina, como V. Sa.

Algumas são de certa candidez, que um médico não formularia a outro, mas eu não estou na situação de médico e sim de deputado que pertence a uma comissão.

Coisa de suma importância é a que diz V. Sa. sobre aquilo que eu chamaria a política referente ao uso destas substâncias. V. Sa. disse que achava deveriam estas substâncias no rótulo ou em coisa equivalente, trazer claramente expresso que devem ser destinadas a tais ou quais finalidades.

Ainda uma pergunta vinculada a isso que eu chamaria de política referente a essas substâncias: lembre V. Sa. que, esses edulcorantes são substituídos em proporção variada de sacarina e ciclamato de sódio?

Fessa venda deveria ser feita exclusivamente em farmácias ou poderia ser feita — desde que carregasse rótulos — em qualquer armazém ou em qualquer desses casos onde se pode adquirir gêneros alimentícios? Qual a opinião de V. Sa?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Não vejo inconveniente, desde que venha perfeitamente explicado no rótulo. Seria a mesma coisa da venda dos leites dietéticos que são vendidos em mercados, desde que se diga que não é substituto do açúcar.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator-Substituto) — Não tenho dúvida, até hoje, certas mães imaginarem que podem substituir, ao ponto de vista nutritivo, o hidrato de carbono, no caso a sacarose, pelo edulcorante, porque vem sempre escrito nos rótulos que uma gota corresponde a tantas colheres de açúcar.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Isto não é raro, elas fan-

sam que, dessa forma, podem con-

sumir açúcar.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator-Substituto) — Vou registrar com muito cuidado. V. Sa. está em condições de fazer estas observações necessárias. Ainda há mais. Quando se tratar de alimentos preparados ou adocados mais extatamente pelos edulcorantes, certas bebidas, determinadas geleias, compotas ou outros alimentos da mais variada natureza, como pensa V. Exa. que deveria ser feita a embalagem? Deveria se escrever o quê nesses alimentos?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Usando a composição do alimento, no sentido largo da palavra. Dos refrigerantes, por exemplo, de certo modo eu acho uma vantagem, porque o uso dos refrigerantes adocados pelas nossas crianças, por exemplo, nos intervalos das refeições, é, em geral, o produtor da anorexia, porque a criança fica semi-satisfeita e o resultado é que ela não vai almoçar, ou então toma o refrigerante adocado, que é mais agradável, durante o almoço, ao invés de um copo de leite que é muito mais necessário. De modo que af talvez possa ter uma vantagem mas deve-se avisar de que não é um alimento. Do mesmo modo que aqui está uma pseudo-laranja é também somente edulcorante, quer dizer, sem açúcar para que a pessoa não tome aquilo pensando que está se alimentando.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Qual a opinião de V. Exa., propriamente, sobre o uso e abuso feito pelas crianças de refrigerantes do tipo da coca-cola ou da pepsi-cola? Qual é a impressão de V. Sa.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Para mim é a mais nociva. Eu tenho vários netos e facilmente não têm eles o hábito de tomar nenhum desses dois refrigerantes. Tenho mesmo uma neta que chega a petulância de chegar num restaurante e pedir uma Lindaia sem gás, o que não tem sentido porque a Lindaia não tem gás. Mas o que quero dizer é que esses refrigerantes são considerados os maiores produtores de anorexia nas crianças.

Conto um fato interessante. Quando estava nos Estados Unidos, minha filha, que tinha nove ou dez anos, foi à escola e quando chegou a hora da merenda, à tarde, correu a comprar uma coca-cola e recebeu uma vala de todas as crianças: "Olhem a sul-americana tomando coca-cola". Isso porque todas as crianças tomavam leite, era hora de tomar leite. Minha filha ficou encebulada, chorou e, quando fui buscá-la, contou-me o fato. Eu lhe expliquei por que, e depois levei-a ao refeitório de estudantes, para mostrar-lhe como tomavam leite. E' um mal nosso. Sou contra a maizena e quando eu recebi a combatei-lhe foi por essa observação que V. Exa. deve também ter notado de que nossas crianças não tomam leite. Tomam sólamente 150 gramas de leite por dia. Não chego ao extremo, como o americano, de prescrever um litro de leite por dia, mas pelo menos 650 gramas. Dizia um meu professor que não ingerem o leite por questões raciais. Não me convencia disso, mas quando cheguei aos Estados Unidos verifiquei que o negro, o italiano e outros povos que formam aquele país, todos tomavam leite. Então, discutindo com a dietista o problema e mostrando o nosso regime ela disse: vocês têm um mínimo de proteinas de carbono que vai a 60%. E essa função de hidrato de carbono e a sacarina na mamadeira, além de torná-la mais espessa, diminui a necessidade de a criança ingerir mais. Sendo mais espessa, ela ingere menor volume, e contendo mais elementos calóricos ela não sente necessidade de

maior ingestão. Eundo desse clima.

O mesmo se dá com as nossas crianças. Quando atingem 1 ano e pouco, tomam no máximo 2 mamadeiras ao dia ou durante à noite, o que lhes tira o apetite pela manhã. Então, a mãe vem aí ao consultório dizendo que seu filho não quer se alimentar, quando ele já se alimentou e condido, isto é, já se alimentou convenientemente à noite, não sentindo apetite pela manhã.

De modo que procurei adaptar o regime que vi na América e vários colegas meus, que vieram na mesma época, resolveram estabelecer isso, que eu disse, introduzindo leite nas refeições, juntando pequena quantidade de açúcar, no máximo 5%, e, geralmente, 3% para corrigir aquela deficiência, dando esse alimento, de preferência puro e com isso conseguiram que a criança ingire 600 a 700 gramas diárias, sem se alimentar excessivamente.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Quanto ao problema da concentração da cafeína, eu não fiz estudos a respeito desses refrigerantes, e, por isso pergunto: eles são abundantes em cafeína, ou não? Poderia se estabelecer uma relação entre uma garrafa de coca-cola ou pepsi-cola e uma xícara de cafézinho, digamos assim?

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Não tenho informações a respeito. Sei apenas que, nessas casas, havia um outro conservador, o ácido benzóico, que era usado. Foi feita uma denúncia contra uma dessas firmas, para o Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, cujo diretor era naquele tempo nosso professor. Aquilo era um exagero. A quantidade era perfeitamente aceitável e era ideal que fosse daquela forma.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Quanto a essas bebidas, V. Exa. respondeu de uma forma mais do que suficiente.

Quanto aos outros alimentos, ao que me parece, devemos ter o mesmo cuidado do que para com os edulcorantes em si mesmo. No rótulo do produto deve haver um esclarecimento sobre as implicações.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — V. Exa. deve estar informado de um livro: "Calorias não engordam", de autoria de um alemão, em que se dizia da necessidade de comer-se grande quantidade de gorduras. Mas isto leva à acidose. Os efeitos são desfavoráveis para uma alimentação completa equilibrada.

Um indivíduo que quer emagrecer, tem que se acostumar ao sofrimento, gozar o sofrimento comer pouco. Não há regime que corrija isso.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Não há regime e muito menos a chamada massagem é econômico. E' bom ter um massagista se quiser emagrecer e não se transformar em massagista. Mas, fazer massagem, não será isso possível.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Realmente, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — Professor Woiski, não encontro outro ponto a ser objeto de interrogação, diante das respostas dadas por V. Exa. Entretanto creio que outros Membros da Comissão teriam prazer em dirigir-lhe a palavra. Por isso, vou pedir ao Sr. Presidente que dê a palavra aos Companheiros, de vez que estou satisfeito.

Ao terminar, Sr. Professor Woiski, quero pessoalmente agradecer os valiosos esclarecimentos que trouxe aos Membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Vieira) — A palavra está facultada a qualquer dos Membros da Comissão. (Pausa).

Depois de ouvir a exposição do Professor Woiski, depois de ouvir as

perguntas do nobre Deputado Brito Velho, que poderia mais eu fazer, apenas como representante do povo, integrante desta Comissão e não a torturar a sua inteligência e materializar a sua vontade, se quisesse, ainda, saber aquilo que talvez eu não tivesse o direito de perguntar?

Entretanto, na qualidade de presidente "ad hoc" desta reunião, só me cabe um dever: o de agradecer a V. Exa. a sabedoria que nos trouxe, através de seu depoimento, neste questionário sucointo coordenado mas, sobretudo, preciso e oportuno. Não sou eu só quem assim o considera, o nobre colega Brito Velho, com a sua sabedoria prodigiosa, perspicácia de homem que faz sempre o bem já havia definido.

Por isso compete-me neste instante, em nome da Comissão, agradecer a V. Exa. a cooperação que nos trouxe, fazendo votos para que inteligência dessa natureza, caracteres iguais ao seu sejam descobertos em todo o Brasil afora, porque, assim poderemos contar com inteligências iluminadas, com homens de bem para fazer o bem. E' justamente disto que necessita o Brasil. Através da revelação feita por V. Sa. vemos quanta misericórdia há no mundo afora. Aqui tratamos de fazer o bem, uma pesquisa científica para se averiguar a vantagem ou a desvantagem dos adocionantes. Isto se faz com sentido de patriotismo, de fazer o bem, mas infelizmente a humanidade, como V. Sa. não ignora, está cheia desses meandros, desses preconceitos.

O depoimento de V. Sa. tocou a minha consciência e a de meus companheiros. Por ele verificamos quanto acertada foi a criação desta CPI, no enquadramento dessas coisas, dessas circunstâncias, para que aqueles responsáveis pela coisa pública, delas tomando conhecimento procurem acertar porque terão a porta da verdade. Errarão, se quiserem, porque serão prevenidos, para não cair nas falhas.

Em nome da Comissão, agradeço a V. Sa., professor Renato Woiski, o depoimento que nos trouxe.

(Relator Substituto) — Sr. Presidente, pediria licença a V. Exa. para solicitar um obsequio do professor Renato Woiski.

Trata-se, Professor Renato Woiski, do seguinte: recebemos, há algumas semanas uma série de artigos científicos, quase todos americanos, um dêlos de um Instituto de Farmacologia de Viena. Não tive tempo, nem possuo conhecimento especializado para proceder a uma análise cuidadosa da significação de alguns resultados colhidos em experiências ali relatadas. Perguntaria a V. Sa. se concordaria em que enviássemos esses trabalhos a Ribeirão Preto, a fim de que V. Sa. e o Professor Costa e Silva os analisassem e, então, abreviadamente — não pedimos um grande relatório, contentamo-nos com já feito abreviadamente — nos informasse sobre o significado de aquelas experiências, quanto à avaliação das conclusões ali apontadas. Seria uma colaboração de alta relevância para esta Comissão.

Assim, se V. Sa. concordar, faremos para Ribeirão Preto, nos próximos dias, esses estudos, e V. Sa. e o professor de Farmacologia, Rocha e Silva, se tivessem tempo, fariam uma análise do que ali está escrito e nos enviariam as suas conclusões e observações.

O SR. PROFESSOR RENATO WOISKI — Com grande prazer.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator Substituto) — Ficamos imensamente agradecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Vieira) — A V. Sa., Professor Renato Woiski, os nossos agradecimentos pela colaboração que trouxe a

esta Comissão. Também em nome da presidência agradeço a cooperação do V. Exa. e dos nobres colegas desta Comissão.

E, como mais nada há programado para esta reunião, declaro a encerrada.

(Lernta-se a reunião às 22 horas e 20 minutos).

ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 1968.

As dezesseis horas do dia dezassésimo de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Presidente, Adalberto Sena, Dalton Costa e os Senhores Deputados Brito Velho, Pedroso Horta, Mancel Tavares e Maurício Goulart, reuniram-se, na Sala da Comissão de Inquérito Exteriores do Senado Federal, a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adocantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Deixaram de comparecer os Senhores Senadores Fernando Corrêa, Manoel Villaça, Raul Giuberti, José Ermírio e os Senhores Deputados Magalhães Melo, Monsenhor Vieira, Wilson Martins.

E' lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica à Comissão a presença do Dr. Cristóvão Lisandro, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Estado do Rio de Janeiro. Com a palavra, o Dr. Cristóvão Lisandro leu seu relatório que trouxe e em seguida coloca-se à disposição dos Senhores Parlamentares para as perguntas.

A seguir, o Dr. Cristóvão Lisandro é interrompido pelos Senhores Deputados Pedroso Horta, Mancel Tavares e Senador Adalberto Sena.

Finalmente, o Senhor Presidente agradece o comparecimento do deponente, determina que as informações trazidas por sua Senhoria sejam anexadas ao processo e que, as notas taquigráficas da presente reunião sejam publicadas, em anexo, à essa ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SÓBRE A SAÚDE, DO USO INDISCRIMINADO DE ADOCANTES ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, BEM ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA-CANAVIEIRA.

ANEXO DA ATA DA 12ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 1968, AS 17 HORAS.

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Milton Campos.

Vice-Presidente: Senador José Ermírio.

Relator: Deputado Brito Velho.

Depõente: Dr. Cristóvão Lisandro, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Rio de Janeiro.

Integra do apunhalamento taquigráfico referida na ata:

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Hayendo número legal, declaro aberta a sessão.

Tem a palavra o Sr. Dr. Cristóvão Lisandro, Presidente da Cooperativa dos Usineiros do Rio de Janeiro.

O SR. DR. CRISTOVÃO LISANDRO — Sr. Presidente, V. Exa. valme desculpar porque eu não tenho muita vivência em relação a problemas deste ordem. É a primeira vez que eu me encontro frente a uma Comissão como esse.

Assim, eu solicitaria que V. Exa. me informasse se eu devia, desde logo, ler um pequeno depoimento que trouxe por escrito, relativamente ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Está já à vontade.

O SR. DR. CRISTOVÃO LISANDRO — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o assunto vem sendo, aqui, exposto por diversas autoridades nesse setor. Devo dizer-lhes que eu pouco tenho a aduzir, com fatos novos, às explicações trazidas a esta Comissão pelo Sr. Presidente do Instituto e pelo Sr. Presidente da Cooperativa de São Paulo. Eles expuseram muito bem, e abundantemente, assuntos relativos à matéria.

Fiz uma pequena exposição a respeito do assunto, que é exaltamente pequeno em virtude de eu não encontrar conveniência na repetição que eu pudesse fazer, em assunto do seu conhecimento e já explanado, nessa Comissão, pelas autoridades a que fiz referência.

(Lendo).

Senhor Presidente, Senhores Senadores e Senhores Deputados;

Comparecendo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, destinada a verificar as repercussões sobre a saúde do uso indiscriminado de adocantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira,

e adocantes artificiais no mercado comparado com a produção de açúcar de cana; o ritmo de sua expansão, porém, não pode deixar de preocupar pelo que pode representar de substituição do açúcar, no tempo, tendo em vista a força da propaganda explorando temas de vulgarização científica, versando inovadores de aumento de preços e sugerindo o uso de adocantes caloricamente pobres.

É evidente, pois, que na medida em que se processo essa substituição com a oferta crescente dos adocantes artificiais, isto se dá em detrimento da agro-indústria canavieira, cujo parque industrial conta ainda com capacidade ociosa.

2 — O que representa a produção e a comercialização de adocantes, no presente, para a economia da agro-indústria açucareira.

As informações e comentários do item anterior respondem, praticamente, a indagação deste quesito.

Representando no momento, segundo os dados disponíveis, a oferta de adocantes artificiais menores de 2% do consumo aparente de açúcar no mercado nacional, vê-se que, no presente é, pouco expressiva sua influência no tocante à economia da agro-indústria canavieira.

A persistir porém, o ritmo de crescimento da importação de matérias-primas básicas para a produção de adocantes artificiais, ter-se-á, sem dúvida, consequências desfavoráveis para o setor da agro-indústria canavieira, de reflexos negativos para a economia nacional.

3 — Reflexos de natureza econômica e social que poderão advir da expansão do uso dos adocantes artificiais em competição com o açúcar.

É o Brasil um grande produtor de açúcar de cana, cujo consumo interno absorve quintra por cento de sua produção, destinando-se os restantes

Representa esta produção, um volume de emprego de 350.000 estimando-se e m. 500.000 o número de pessoas que vivem diretamente desta atividade econômica.

A capacidade de produção instalada nas Usinas produtoras de açúcar do País é, da ordem de 85,0 milhões de sacos de 60 quilos em 150 dias efetivos de moagem. Situando-se a produção atual, em torno de 70,0 milhões de sacos de 60 quilos, verifica-se uma capacidade ociosa de 15,0 milhões de sacos de 60 quilos (900 mil toneladas) a serem absorvidas, progressivamente, na medida das solicitações da demanda interna e externa, representando novas oportunidades de emprego.

Além disso, vale salientar que participam dessa produção, cerca de quarenta e oito mil fornecedores de cana que sofrerão também, com os reflexos de eventual redução no ritmo de crescimento do consumo do açúcar, em virtude da competição no mercado interno, dos adocantes artificiais.

Econômicamente, há ainda a considerar a evasão de cambiais com a importação de matérias-primas para a produção dos adocantes artificiais, reduzindo-se em concomitância a obtenção de divisas, pela diminuição do volume das exportações de açúcar.

Estes, Senhor Presidente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, os esclarecimentos que me permitem prestar à essa ilustre Comissão, na qualidade de Presidente da Cooperativa Fluminense dos Usineiros Ltda. — Cristovam Lysandro de Albernaz.

Em aditivo a este pequeno esclarecimento, desejo dizer que as informações prestadas neste meu relatório — se pode chamar, três páginas — não fazem mais que repetir um assunto que foi aqui explanado, tenho certeza, esclarecido pelo Sr. Presidente do Instituto e pelo Sr. Presidente da Cooperativa dos Produtores de Açúcar do Estado de São Paulo. No en-

tanto, Sr. Presidente, estou à inteira disposição de V. Exa. e dos nobres senadores e deputados, para qualquer explicação que esteja em minha capacidade dar, sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (SENADOR MILTON CANTOS) — Têm a palavra o Sr. Relator.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — Dr. Cristóvão Lisandro, o seu relatório,简短, é confiável das informações que esta Comissão já colheu. De sorte que as pergunta que tenho a fazer são muito poucas. Na primeira lugar: a matéria prima desses adocantes artificiais é nacional ou é estrangeira?

O SR. CRISTOVÃO LISANDRO — São todas importadas. Ainda no ano passado, em 1967, essa importação resultou num dispêndio de divisas da ordem de quase quatrocentos mil dólares.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — V. Exa. sabe qual é a origem dessa matéria prima, se ela é vegetal, mineral...

O SR. CRISTOVÃO LISANDRO — É sintética.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — Extraída de que?

O SR. CRISTOVÃO LISANDRO — De produtos químicos.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — De que origem ou de que natureza?

O SR. CRISTOVÃO LISANDRO — Isto eu não saberia explicar. São produtos químicos sintéticos, mas não sei de que natureza.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (RELATOR) — O senhor conhece os vendedores e fabricantes desses adocantes artificiais.

O SR. CRISTOVÃO LISANDRO — São, em um percentual elevadíssimo, o Japão e os Estados Unidos. São, também, os principais exportadores para o Brasil.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Não sou fabricante aqui?

O SR. CRISTOVÃO LISANDRO — Não. A matéria prima básica para a fabricação desses adocantes é importada, e importada em escala muito grande, quase 100%, desses dois países, Japão e Estados Unidos. Como grande parte desses importadores de açúcar desenvolveram processos substitutivos do açúcar que foram mais fortemente incrementados no período da guerra, quando a escassez do açúcar era permanente em todo o mundo. Posteriormente, continuaram fabricando essas matérias primas e esses produtos em quantidades enormes, inclusive exportando para outros países.

O SENHOR DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, haja mais tempo a indagar.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — Sr. Presidente, gostaria de formular uma pergunta ao ilustre deputado.

O senhor disse que a importação de

esses produtos resultou numa evasão de dólares da ordem de 400.000. Onde o senhor colheu essa informação?

O SR. CRISTOVÃO LISANDRO — Foi colhido no Banco do Brasil.

O SR. SENADOR ADALBERTO SENA — Fui satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Agradeço ao Senhor Cristóvão Lisandro sua presença aos trabalhos desta Comissão e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Lernta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos).

ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 1968

As dezesseis horas do dia vinte e nove de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Milton Campos, Fernando Corrêa e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Manoel Tavares, Brito Velho, Monsenhor Vieira

O Pedroso Horta, reune-se, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista destinada a verificar as repercuções, sobre a saúde pública, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim, as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Manuel Vilaça, Raul Giuberti, José Ermírio e Milton Costa e os Senhores Deputados Wilson Martins, Magalhães Mello e Lauro Cruz.

E' lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Incialmente o Senhor Presidente comunica à Comissão que se encontra presente o Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado da Guanabara, e indaga de Sua Senhoria se trouxe informações por escrito ou se deseja responder às perguntas dos Senhores Parlamentares. O Professor Benjamin Albagli declara que trouxe um sumário no qual estão respondidos todos os quesitos que depois se colocarão à disposição da Comissão.

Após a leitura de seu relatório, o Professor Benjamin Albagli é democraticamente questionado pelos parlamentares presentes.

Finalmente o Senhor Presidente agradece a presença de Sua Senhoria, determina que as informações prestadas e requeridas sejam anexadas ao processo e que as notas taquigráficas desta reunião sejam publicadas em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânia Cavalcanti Melo Júnior, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO MISTA INCUMBIDA DE VERIFICAR AS REPERCUSSÕES SOBRE A SAÚDE, DO USO INDISCRIMINADO DE ADOÇANTES ARTIFICIAIS NA ALIMENTAÇÃO POPULAR, BEM ASSIM AS CONSEQUÊNCIAS QUE DESSE USO DECORREM PARA A ECONOMIA NACIONAL NO SETOR DA AGRO-INDÚSTRIA CANAVIEIRA.

ANEXO DA ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 1968, AS 16,00 HORAS

Publicação devidamente autorizada pelo Senhor Presidente da Comissão

Presidente: Senador Milton Campos;

Vice-Presidente: Senador José Ermírio;

Relator: Deputado Pedroso Horta; Relator-Substituto: Deputado Brito Velho; e

Depoente: Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade da Guanabara.

Integra do anexo taquigráfico referido na Ata:

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Há número legal. Estão abertos os trabalhos da Comissão.

Presente o Professor Benjamin Albagli, Diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado da Guanabara. S. Sa. acudiu o nosso apelo e veio prestar esclarecimentos que, certamente, não de ser muito preciosos para nossos trabalhos.

Indago do Professor Benjamin Albagli se deseja fazer uma exposição prévia, para, em seguida, ser arguido pelos Membros da Comissão.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, poderia fazer uma introdução, um sumário e a conclusão.

Aqui estão praticamente respondidos — segundo me parece — todos os quesitos. Entretanto, estarei, com muita satisfação, à disposição dos nobres Senhores Senadores e Deputados para

responder a qualquer pedido de informação particular ao problema da nutrição, assumo em paua.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sr. Presidente, permita-me uma ponderação.

Ser-nos-ia mais útil S. Sa. fizesse a leitura total de sua exposição, pois assim poderíamos formular perguntas no sentido de complementar as informações dadas na referida exposição.

Solicitaria ao nobre Depoente, se não fosse demais, fizesse a leitura do trabalho.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Com muito prazer!

Vou proceder à leitura, *ipsis litteris*.

Excelentíssimo Senhor Senado Milton Campos — DD. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista.

Tenho em mãos o Ofício SCM-CM nº 751-68 em o qual Vossa Exceléncia comunica-me a instalação de uma Comissão Parlamentar de Senadores e Deputados "destinada a verificar a repercussão sobre a saúde, do uso indiscriminado de adoçantes artificiais na alimentação popular, bem assim as consequências que desse uso decorrem para a economia nacional no setor da agro-indústria canavieira". Convidado por Vossa Exceléncia, na qualidade de médico e de professor de nutrição, o que muito me honrou, a prestar esclarecimentos, à Douta Comissão, passo, sem delongas, a expor o assunto, de acordo com o questionário que me foi enviado.

II — 1 — Os ciclamatos, descobertos em 1937, são cerca de 50 (cinquenta) vêves mais doces que o açúcar. A utilização dos mesmos, no campo da clínica e da indústria, começou a se verificar a partir de 1950 e a razoável bibliografia existente sobre o assunto documenta — a luz dos conhecimentos atuais — a inexistência de ação cancerígena que lhes possa ser incriminada, razão porque estão inscritos nos códigos oficiais e nas farmacopéias da maioria dos países. Considerando-se que a inclusão de qualquer produto na Farmacopéia enos Códigos é precedida de rigorosa investigação farmaco-clínica, sem nenhuma consideração pelos interesses comerciais, eventualmente envolvidos, licita é a conclusão de que no estágio atual dos conhecimentos médicos não se pode imputar nenhuma ação cancerígena aos ciclamatos. Cumpre assinalar, ainda, que os ciclamatos além de integrarem várias farmacopéias, inclusive a brasileira, sofreram rigorosa apreciação pelo "Food Protection Committee" do "National Research Council", dos Estados Unidos, (Council on Foods and Nutrition — Statement of the Council, Artificial Sweetener's A.M.A. — J. A.M.A., v. 150, pg. 875, 1956) que estudaram a inocuidade dos edulcorantes artificiais — sacarina e os ciclamatos de sódio e de potássio — para o uso em alimentos. Schoenberger e col (Schoenberger, R.D.M., Sakamoto, A.; Kark, R. M.; Nerad, J.; Nesby, C. e Davin, J.C. — Metabolic Effects, Toxicity and Excretion of Calcium N-Cyclohexylsulfamate — Sucaryl — in Man" in Am. J. Med. Sci. 5.225, páginas 551-559, 1953) da Universidade de Illinois e do Departamento de Farmacologia do Laboratório Abbott não observaram efeitos tóxicos mesmo com a administração intravenosa, durante 8 meses, assim como por via oral, na dose elevada de 5g de "calcium sucaryl", diríramente, não houve alteração do balanço metabólico do nitrogênio, do sódio e do potássio. O cálcio foi recuperado nas fezes na proporção de 87 a 98%. No trabalho experimental de Nees & Derse (Nees, P. O. et Derse, P.H. — "Feeding and Reproduction of Rats Fed Calcium Cyclamate" in Nature v. 209, pgs. 81-82, 1965) ba-

seado na administração de ciclamato de sódio a 5%, em raticos, durante 2 (dois) anos, verificou-se o aparecimento de diarreia moderada, com perda de peso. Os ratos pos-mortem não evidenciaram nenhuma alteração histopatológica. Os animais de experimentação, (ratos), ingerindo 10% de ciclamato, consumiram, na alimentação, igual valor percentual acima dos controles. Apesar desta compensação calórica, os animais cresceram 20 a 30% menos que os controles, ainda que não se houvesse observado efeitos tóxicos; a perda de peso foi atribuída a um distúrbio da absorção. O mesmo, em menor grau, ocorreu nos animais alimentados com 5% de ciclamato. Os dois grupos — 5 e 10% não apresentaram distúrbio aparente da saúde. Em 21 dias os ratos de controle, bem como os que ingeriram ciclamatos, na proporção de 5% e de 10%, pesaram, respectivamente, 52, 45 e 32g. Os ratos puderam se reproduzir, mas as ninhadas não sobreviveram mais de 5 dias. Não foi possível apurar a razão da mortalidade maciça do período peri-natal, bem como as causas do hipocrescimento. Em rações com 1% de ciclamato na da foi observado nas experimentações efetuadas.

Afora estes trabalhos que revelam alguns distúrbios graves, imputáveis aos ciclamatos em doses elevadas, o que se depreende da literatura pulsada, grande parte já citada no trabalho coordenado pelo Prof. Manuel Jcsé Ferreira (Os Adoçantes Artificiais e a Saúde Pública, 1967). assim como de minha experiência clínica, é que, nas doses habituais, os ciclamatos não parecem apresentar nenhum dos efeitos tóxicos apontados nas experiências citadas, com o uso de doses elevadas.

No que concerne à gestante a conduta acertada do médico é de respeitá-la ao máximo, a terapêutica, a fim de evitar efeitos eventualmente tóxicos dos medicamentos, sobretudo nos três primeiros meses. E' preciso acintuar, diz Chasangne, que "la fréquence de tels accidents est faible. Certains d'entre eux ne sont encore, établis que sur des faits expérimentaux. Ils ne doivent pas inciter le médecin à une prudence excessive qui risquerait par fois de priver la future mère, et par voie de conséquence, son enfant, d'une thérapeutique efficace." Em resumo, no estado atual de nossos conhecimentos, o acertado é limitar a terapêutica à gestante, ao mínimo indispensável, mas, além o momento, aos ciclamatos — ainda que não sejam considerados medicamentos — nada foi imputado.

No número 112, do "Current Food Additives Legislation", da "Food and Agriculture Organization", item 1.672 encontra-se a modificação do artigo A.05 da legislação Australiana, com o fito de autorizar o emprego do ácido ciclo-hexil-sulfamico (ciclamato), como edulcorante artificial, assim como os ciclamatos de sódio e de potássio já autorizados.

II — 2 — A escassa bibliografia existente não impede, entretanto, face à larga faixa de indicação dos edulcorantes e o período de observação de 18 (ciclamatos) a 56 anos (sacarina), de afirmar que nas doses habituais há, praticamente, mais de 90% de excreção dos ciclamatos que parecem, de outro lado, ser desprovidos de ação farmacológica.

II — 3 — Não encontrei nenhuma publicação ou referência à ação letal ou mortífera — dos ciclamatos.

II — 4 — Nenhuma salvo a necessidade, criada pelo hábito de ingerir substâncias adoçadas, quando há necessidade de restringir a cota calórica ou no diabetes. Na realidade, até o século XVIII, o açúcar era vendido em farmácias ou boticas. Era produzido raro e caro. Após a vitória da In-

glaterra, no século citado, quando Luiz XV não se incomodou de perder — alguns alqueires de terra congelada — para o inimigo vitorioso, houve um momento, não fora o colégio de Benjamin Franklin, em que a Inglaterra parecia optar por "Guadeloupe", em vez do Canadá, por causa das plantações de cana. Umas das grandes conquistas da química francesa, do século passado, foi a elaboração do açúcar de beterraba, para suprir a falta de açúcar de cana, em consequência do bloqueio inglês à França Napoleônica. Em suma os edulcorantes não têm nenhuma indicação terapêutica, elas visam, apenas, a assegurar, o sabor doce aos indivíduos que, por motivos médicos ou estéticos, querem reduzir ou abolir a ingestão de açúcar, sem se privarem de seu sabor.

II — 5 — Nenhuma mesmo porque os sacaridios não constituem a única — nem melhor — fonte de carboidratos do organismo. Acresce, ainda, que o drama que aflige os povos subdesenvolvidos ou — como delicadamente nos rotulam atualmente — em desenvolvimento, é a insuficiência proteica, especialmente de alimentos de origem animal.

II — 6 — E' óbvio que não.

II — 7 — Não haverá nenhum prejuízo desde que atendidas as necessidades plásticas, energéticas, vitaminas e minerais do indivíduo, seja ele normal ou enfermo.

II — 8 — Considerando a gravidade e a multiplicidade dos problemas que afligem a nação devo dizer, preliminarmente, que não vejo nenhuma conveniência em restringir o uso dos edulcorantes artificiais, mediante prévia prescrição médica. Considero, entretanto, útil a exigência de constar em todos os alimentos — ou medicamentos — a indicação, no rótulo, de sua composição (fórmula).

Sumário e Conclusões

A revisão bibliográfica dos conhecimentos relativos aos ciclamatos e a sacarina — não revela efeitos tóxicos, quer de um, quer de outro, no que concerne à utilização, como adoçante, nas quantidades habituais. Tão pouco ha referências, na literatura médica composta, a distúrbios teratogénicos ou a efeitos do crescimento na espécie humana. Encarado o problema, sob o ponto de vista de agroindústria canavieira, verifica-se que é estatisticamente insignificante sua incidência percentual sobre o consumo total do açúcar. Examinado o assunto sobre outro ângulo constata-se que, desde a segunda Grande Guerra Mundial, observou-se, especialmente na Inglaterra, considerável redução da carência dentária das crianças, em consequência da diminuição das importações de açúcar, em virtude do bloqueio e, mais recentemente, Yudkin em sucessivos trabalhos, a menor sem maior valor científico, atribui a maior incidência do enfarte, verificada no mundo atual, ao incremento do açúcar (a — Yudkin, J. — Diet and Coronary Thrombosis — Hypothesis and Facts; Lancet 5.273, pg. 155, 1957; b — Patters and Trends in Carbohydrate Consumption and Their Relation to Disease; Proc. Nutr. Soc. v. 23, pág. 149, 1964; c — Advances in Nutrition and Dietetics, Practitioner, v. 197, pág. 511, 1966; d — The Cause and Treatment of Obesity, Triangle, v. 7, pág. 326, 1966; e — Yudkin, J. e Roody, J. — Assessment of Sugar Intake; Validity of the Questionnaire Method; Brit. J. Nutr. v. 20, pág. 807, 1966; f — Evolutionary and Historical Changes in Dietary Carbohydrates; J. Chin. Nutr., v. 20, pág. 108, 1966; g — Why Blame Sugar — Chem. & Ind. sept. pág. 1.464, 1966; h — Yudkin, J. e Krauss, R. — Dietary Starch, Dietary Sucrose and Hepatic Pyruvate Kinase in Rat-Natura, v. 215, pág. 75, 1965).

Entretanto, o mesmo Yudkin, cito por Bour (Bour, H. Diagnose de L'Altherosclerose — La Revue du Practien t. XVIII, nº spc. pag. 137 1963) como "le champion du roi a hérogène du sucre du commerce" sobre o aumento da aterosclerose coronária, torna-se mais cauteloso, em seu último trabalho, no qual ao fazer a revisão do problema, menciona a importância da ciência e da tecnologia no condicionamento de novos hábitos alimentares e conclui, dizendo, ser "too early to say... that dietary sugar may produce ischaemic disease" (Yudkin, J. — Sugar and Ischaemic Heart disease, Practitioner, v. 198, pag. 680, 1967).

Dessarte considerando os problemas alimentares, em toda a sua amplitude, cabe-me frisar que no Brasil, como de resto no chamado terceiro mundo, os carbonhidratos primam pelo excesso, (1 — Campanha Mundial contra el Hombre, 1950, FAO; 2 — The State of Food and Agriculture, 1962, FAO; 3 — The State of Food and Agriculture, FAO, 1964; 4 — Tercera Encuesta Alimentaria Mundial, FAO, 1964; 5 — Protein as The Heart of the World Food Problem, FAO, 1964; 6 — La Situation Mondiale de l'Alimentation et de l'Agriculture — 1965, FAO; 7 — Agricultura y Industria Alimentacion, 1967, FAO; 8 — Protein Advisory Group, Bulletin October, 1967 WHO; 9 — Joint FAO/WHO Expert Committee on Nutrition, 7th Rep., 1967; 10 — International Action to Avert the Impending Protein Crisis U.N. 1968; 11 — Le Problème Alimentaire des Pays en voie de Développement, dec. 1967, OCDU), enquanto faltam, em quantidade suficiente, proteínas, especialmente proteínas de origem animal. Assim peço vénia para louvar os nobres propostos que animam os Ilustres Membros desta Comissão, tão interessada na saúde e na-alimentação popular, acréditando, entretanto, que me cabe o dever de dizer que na segunda semana de julho, no Recife, se realizará o "2º Simposio Brasileiro sobre Alimentos e Nutrição", destinado ao levantamento de dados sobre a produção e consumo de alimentos, a fim de oferecer ao governo — compreendendo como tal, os poderes executivos e legislativos — informações adequadas a reformulação da política de alimentos e de agricultura objetivando erradicar, ou atenuar, a fome, qualitativa e quantitativa, que tanto atinge a nação. No momento ainda cerca de 60% dos brasileiros lavram o solo, quase com as mesmas técnicas e com os mesmos instrumentos dos primórdios de nossa era, enquanto a ciência e a tecnologia agrícola (Technology and Nutrition (The Rockefeller Foundation, Annual Report pg. 3, 1966) permitem multiplicar o rendimento da terra e o homem caminha para conquistar a fome (Toward the Conquest of Hunger, ibidem, pg. 14), conforme se verifica nos exemplos dos Estados Unidos, Japão, Israel, Formosa, etc.

Em pleno "Ano dos Direitos Humanos", ainda não se alcançou no Brasil o primeiro dos direitos, "El Primer Derecho — No Tener Hambre" (FAO, 1963), razão porque entendo que o povo e o governo devem enfrentar, alicercados na pesquisa científica e tecnológica, o arduo trabalho de colocar o Brasil no mesmo plano das grandes nações de nosso tempo. Triste é veriicar que a palavra "excedentes sólo puede aplicarse em la actualidad a las existencias de unos poquissimos productos básicos, tal vez sólo al café, al algodón y azúcar cuyas existencias han aumentado recientemente hasta alcanzar cifras insolitas, en contraste con el descenso de las existencias de cereales" (El Estado Mundial de La Agricultura y de la Alimentación, 1967, FAO). Assim o problema da agroindústria canavieira demanda, de inicio, revisão do es-

tatuto da terra (Ernest Feder — Land Reform: a Twentieth Century World Issue; América Latina, Ano X, nº 1, pg. 96, janeiro-março 1957), reformulação dos processos agrícolas (Estudo sobre Fertilizantes, 1961, O.E.A.) e tecnológicos (XII Congresso Nacional de Educação, Rio de Janeiro, nov. 1967), vale dizer, ampliação dos quadros de ensino, em todos os graus e ramos, inclusive o universitário, onde apenas pouco mais de 200.000 estudantes, predominantemente de Faculdades que desatem dem aos supremos interesses da nação, constituem menos de 10% dos alunos que deveriam integrar os quadros de educação superior do Brasil, os quais, para agravar, ainda mais suas tintas realísticas, apresentam baixos padrões de ensino. Sume-se a tudo quanto foi dito a tremenda mortalidade, durante a fase formativa — dos 20 aos 25 anos — e termos uma fotografia, de corpo inteiro, da nação. Se o quadro choca e deprime o remédio está, felizmente, em nossas mãos, para através do esforço e do trabalho produtivo, acelerar as etapas de nosso desenvolvimento a fim de diminuir a distância que nos separa dos países ditos desenvolvidos.

Em suma, Senhores Congressistas, para ser breve repito hoje, o que en-

sinei ontem e o que direi amanhã, o preço da saúde, da alimentação, da educação e do desenvolvimento é menos que o custo da doença, da fome, da ignorância e da miséria.

Relatório do Prof. Benjamin Albagli:

Perto de Nutrição da Organização Mundial de Saúde

Professor de Higiene e de Nutrição Membro da Academia Nacional de Medicina

Membro da Academia Brasileira de Medicina Militar

Membro da Ordem do Mérito Médico Nacional

Membro da Associação Americana de Saúde Pública

Membro da Sociedade Brasileira de Higiene

Docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor do Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara

Diretor da Academia Nacional de Medicina

Presidente da Associação Brasileira de Educação

Presidente da Comissão Organizadora da Sociedade Brasileira de Nutrição

SO HORTA — (Relator) — Professor, qual a origem das adocantes sintéticos, eles são extraídos de que?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — De substâncias químicas.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — Que são essas substâncias químicas?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Infelizmente não posso responder a V. Exa. porque também não sei.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — Sabe qual a contribuição da indústria nacional para produção de adocantes sintéticos?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Creio que todos são importados.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — O Sr. pode dizer de onde vêm?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Dos Estados Unidos, e se V. Exa. me permite, quase todos os produtos químicos são importados. A nossa indústria farmacêutica desnacinalizou-se nos últimos 15 anos. No tempo dos extratos, das tinturas, da botica — e eu sou desse tempo — se fazia a fórmula na farmácia. Naquele tempo se recebia produto de 20 centigramos, pesavam-se duas gramas, espalhava-se com a faca e tudo na base do mais ou menos, tudo na base do 33.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA — (Relator) — No seu bem elaborado relatório, Professor o Sr. diz à página nº 1 que: "A falta dos conhecimentos atuais, a inexistência de ação cancerígena que possa ser incriminada aos cicláticos faz com que elas fôsssem incorporadas às diferentes farmacopeias". A que o Sr. alude?

O Sr. conhece o Dulcin?

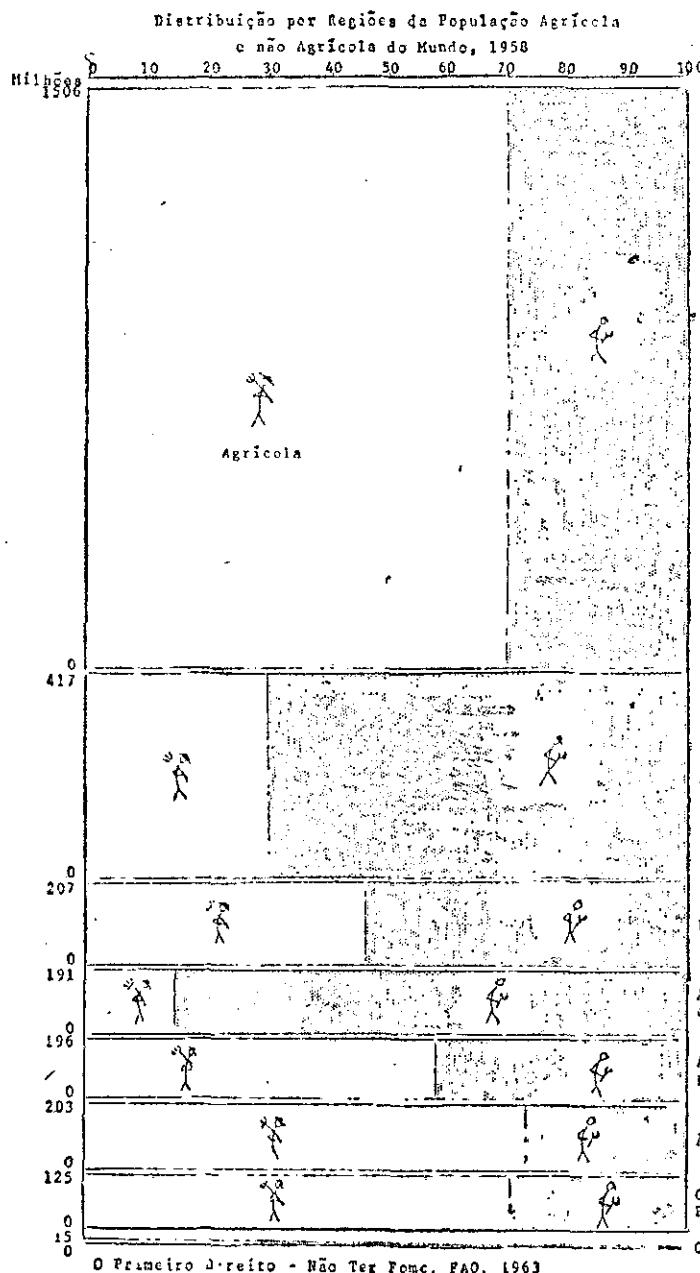
O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não uso, mas conheço.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-SO HORTA (Relator) — Sabe que foi largamente usado, principalmente no Japão, durante décadas? Sabe o Sr. que, após esta utilização tão extensa e tão intensa, constatou-se a ação cancerígena do Dulcin e que, por lei do Governo japonês, foi proibido o seu emprêgo no Japão?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tenho uma referência aqui, mas essa referência não é clara. Aliás, no campo dos medicamentos, ou das substâncias de ação cancerígena, V. Exa. sabe que a Medicina ainda deixa muito a desejar, sobretudo no campo dos aditivos, no campo das substâncias químicas incorporadas ao alimento. Há farmacopeias que admitem certos aditivos, outras que negam. Mesmo porque não conhecemos a ação, e é difícil fazer afirmativa nesse sentido, conhecendo a ação dessas substâncias, a longo prazo.

V. Exa. está fumando: essa é uma substância cancerígena. Eu não fumo. Eu, por mim, proibia o fumo no Brasil. Mas o problema errou da medicina contemporânea e que realmente tem muita importância é o seguinte: é que os medicamentos são lançados no mercado e podemos lançar, por exemplo a sacarina como um medicamento sem ter uma ação farmacológica. É um produto farmacêutico extraído de substâncias químicas e vendido por laboratórios. Isto é um medicamento na sua idealização ainda que a expressão não seja médica mente correta.

Atualmente entre os laboratórios existe uma competição acelerada e permanente, de modo que os laboratórios não nos pedem para verificar as ações secundárias que muitas vezes são graves. Então os laboratórios não querem essa verificação e quando vem mesmo a conhecê-las — isto para destaca-nos — o positivo vem em letras grandes enquanto que o negativo vem quase sempre e desfraldadamente, em letras pequenas e os médicos que também como todo mundo vivem muito apressados, não prestam muita atenção a isso. De modo que nem aquilo para o que se chama



Este é o Relatório que trouxe, nobres Senadores e Deputados e com todo prazer estou pronto a esclarecer qualquer dúvida que surgir,

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Com a palavra o Relator.

O SENHOR DEPUTADO PEDRO-

A atenção é lida o deixam mesmo muitas vezes de ler.

De posso, entretanto, respondendo à pergunta da V. Exa., afirmar que a incidência de câncer tem aumentado no mundo, porque é uma série de fatores que podem condicionar o aparecimento do câncer. Um deles, entretanto, é positivo — hoje, já muito mais medicamentos.

À muitos anos eu sei um anel, mas hoje, não sou, pelo menos, mais considero um anel. Na India quando etropelam um homem de 50 anos eles dizem, foi atropelado um anel.

Saintaigne era um encanador. O mundo atualmente vem progressando muito no campo da saúde.

Vejá a minha caixinha, eu não afirmo que o medicamento cure e não afirmo que o medicamento faça mal, são experiências.

O ilustre Deputado Brito Velho que é médico, sabe perfeitamente como é corrigir em medicina, fazer afirmativas.

Evidentemente que a longo prazo qualquer substância química pode ser que faça mal.

Em conclusão, não temos, clinicamente, elementos para julgar. Ninguém toma adoçantes em doses maiores de cinco a dez por cento.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Quanto à primeira parte, a explicação dada por V. Exa. me satisfaz plenamente. O Senhor falou, à página dois, nas doses habituais da clínica. E fez uns acréscimos verbais.

Eu queria saber o que o Senhor chama de doses habituais?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — É uma pergunta que revela uma redação inadequada.

Ent poderia ter feito outra redação, porque não há dose habitual no clímaco. Uma pessoa que toma 10 ou 15 cafés, se tomá-lo com ciclamento tomará 3, 4, 5 ou 6 comprimidos por dia.

Perém, um grande bebedor de café poderia ir até 30 a 30 comprimidos ao dia. Como não tem efeito calórico, o médico que faz o regime não restringe o café e, não tendo ele açúcar, portanto, poderá o indivíduo tomar quantos cafés quiser. Está assim se compensando, vamos dizer, da falta de mastigação, pois bebendo o café está distraindo um pouco a fome.

Não há dose habitual nas doses habitualmente tomadas, mas não chega a ser errada, sem ser precisa.

O SR. BRITO VELHO (sem microfone) —

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Estou compreendendo; estou tentando responder à pergunta.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — No período imediatamente seguinte no que concerne à consulta a ser segurada pelo médico é de restringir ao máximo a terapêutica a fim de fazer o estudo dos movimentos, sobretudo nos três primeiros meses.

Isto significa que o Senhor entende que se deve impor esse ciclamático sob prescrição médica?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Estou falando de modo geral.

Considerei o ciclamático como edulcorante sem ação terapêutica.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Sou velho médico, se V. Exa. me permite e comecei a minha vida, minha formação, calcada nos conhecimentos de um professor meu, Dr. Austregésilo, que o Sr. Deputado Brito Velho deve conhecer.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Do ponto de vista terapêutico nossa conduta não é correta.

Era muito expressivo, aquele tempo, pensar-se empiricamente. Eu, que estava em serviço de pediatria, aquela tempo vi muitas, mas forma-

ção escravizada e empregamos tratamento específico.

Fui aos Estados Unidos e comecei a fumar minha atenção e para verificar como é adotado o edulcorante no campo da formação concreta. Depois vieram as vírus e isso há uns vinte anos, condicionando ao medicamento. Atualmente comemos os poucos de cítricos principais, mas também os doces franceses, e, de modo geral, os franceses não são artificiais. No Brasil, achamos de medicamentos. E este é um problema, um drama da população brasileira — o abuso de medicamentos. Não comparamos com os europeus, que também comem os franceses, abusam dos antibióticos, medicamento que por vezes causam reações secundárias graves, como também obstrução da estitica. O abuso da terapêutica no Brasil, é a regra. De modo que eu aconselho que se preservava o mínimo ao doente, e só quando houver necessidade absoluta de medicamento. Mas também que não se passe a fazer necessária, ou seja, nem o que por omissão quando a medicação abusa intempestivo nem a excesso.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Em Genebra, houve um curso só sobre as urgências de medicina. E o Prof. Martim foi encarregado de uma das aulas!

— o projeto Martim, acerca do que ele chama polyclínica, porque a cadeira é de clínica médica e de polyclínica médica — e realizou uma conferência — "Da urgência de nada fazer". No desenvolvimento dessa idéia, mostrou que, como muitas vezes, o conveniente é a não intervenção, sobretudo enquanto não está esclarecido o diagnóstico. E apontava para isto a que se referiu V. Exa.: muitos diagnósticos são quase que impossibilitados em virtude do emprego precoce, intempestivo de antibióticos, por exemplo, que destorcem de tal forma o quadro que, depois, não mais pode ser feito o diagnóstico, a menos que a arácnida do médico seja grande ou ele se socorra de uma série de exames subsidiários. E a urgência de não fazer era o tema mais indicado e foi entregue ao Professor.

Mas, continua V. Exa.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — V. Exa. me permite, com licença do nobre Deputado, a essa propósito: estou inteiramente de acordo. No Brasil, não se entende o médico que espera para receber; na América, sim. No Brasil, um cliente que vai ao consultório ou mesmo ao hospital quer sair com uma receita na mão, seja do que for. De forma que, muitas vezes, o médico, com um diagnóstico formulado, faz algo na medida das possibilidades da clínica porque o mal que hoje, no mundo inteiro. Quando houve o óbito, é conveniente se faça a autopsia, para verificar como são frequentes os erros da clínica.

Mas, de qualquer maneira, agimos intempestivamente. Mascaramos o quadro clínico, prejudicando, muitas vezes, o doente.

A propósito, recordo-me de um caso, quando fui diretor de uma companhia de seguros. Houve uma morte. Fê-se o exame, para emitir o risco. Três, quatro anos depois, procuramos saber a causa do sinistro. Então, muda de cor a pasta e o segurado vira sinistro. Escrivi uma carta ao médico. Este já não estava mais no lugar. Respondeu-me o "farmacêutico" — coloco entre aspas porque era apenas o dono da farmácia — numa carta honestíssima, que guardo até hoje: "Doutor, desculpe-me. Quem atendeu o doente foi eu. Estava o paciente passando mal. Sentia muita coisa. Dei-lhe muitos remédios. Confesso, nessa altura, que não sei se morreu da doença ou dos remédios, mas tive de fazer alguma coisa por causa da família".

Muitas vezes o médico age desta maneira intempestiva, impensada, aquela tempo vi muitas, mas forma-

lamente os laboratórios, para não perderem o lançamento antes dos outros. Como, inclusive, nos Estados Unidos e na Alemanha. Nesta nação houve o caso recente da talidomida. Não fizemos experimentação e longo prazo, e continuaram dando esse experimento de trazinha, e no anti-gastrite, longe da pronta-ida, porque também de vender barato. Quem vende primeiro é o maior, é a ganhar. E é corrido econômico.

O mundo hoje é uma competição, em que bairros vão, se esquecem de ver o outro lado do produto. Acham mais barato, mais caro, mais barato a aplicação adequada das substâncias. Houve, aqui, um partido, na história médica do Brasil, em que produtos não eram vendidos no estrangeiro e eram vendidos no Brasil, sobretudo produtos franceses.

Havia laboratórios estrangeiros que eram praticamente artigos aqui, sem terem sido aprovados lá.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Na página 3 V. Exa. novamente fala em "doses habituais". A expressão deve ser entendida tal como V. Exa. disse inicialmente?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Exato. As doses médias são entre 20 ou 30 comprimidos, que teriam, não sei, o peso de mais um grama e meio que não correspondem nunca a 5 a 10% da ração alimentar que, experimentalmente foi prejudicial aos animais de observação.

V. Exa. que é minucioso, como bom jurista buscará um lapso na palavra. Na página nº 4 o Senhor escreve: "Encarado o problema, sob o ponto de vista da agro-indústria canavieira, verifica-se que é estatisticamente insignificante sua incidência percentual sobre o consumo total do açúcar".

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Eu me louvo neste trabalho aqui e creio Vossa Excelência já o tem, é coordenado pelo Professor Mancel José Ferreira, que foi, largos anos, Diretor do Departamento Nacional de Saúde, Professor Catedrático de higiene da Universidade Fluminense do Estado do Rio, antiga Faculdade Fluminense do Estado do Rio, e dá 0,3%.

V. Exa. tem esse trabalho?

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Parece que não corresponde, não. Por enquanto nós já temos importados algumas centenas de milhares de dólares de edulcorantes artificiais e que esta porcentagem sobe de ano para ano.

O que nós sabemos aqui é que os adoçantes artificiais são gradativamente importados em progressão quase que geométrica.

Está aqui, à página 6: 0,36. Louvo-me neste autor, porque é homem sério. "No Brasil, essa taxa não alcança 0,36%.

E aqui os adoçantes têm outros usos. Além de açúcar, são incluídos em pasta de dente e outros artigos. Não posso dar a proporção, que mesmo não sei. Posso adiantar o seguinte. O relator da Guanabara e Estados adjacentes, do Congresso de Nutrição no Recife, ficou de me fornecer os dados e posso lhe assegurar que até hoje não consegui obter esses dados.

As estatísticas brasileiras são muito falhas. É muito difícil ter dados.

Para dizer a V. Exa., os dados coibidos na Secretaria de Economia da Guanabara, a meu ver, carecem de valor, porque me dão um consumo mensal de carne igual ao de arroz e feijão juntos, o que, positivamente, não pode ser verdade. A carne custa muito mais caro e seu consumo é bem inferior ao de arroz e feijão juntos. E além da carne temos leite, ovos, peixes — entre frutas uma situação muito profícua magnífica, o que não acontece.

Isto num Estado que é uma cidade encravada numa zona geo-económica, uma cidade que foi Capital da República, que foi o centro da Nação. Até hoje não foi possível obter.

Fiz com duas ou três moças coibindo dados na SUNAB, na CORAL, mas até agora não me foram fornecidos esses dados e quando me derem eu confesso que vou examiná-los com carinho, verrei os círculos dentro dos círculos que obtiver mas evidentemente que esses dados serão aprovados, mesmo porque o peixe, por exemplo, que é vendido na Guanabara, o emprego de peixe da Guanabara vai de para Petrópolis, para Juiz de Fora, para Belo Horizonte, enfim e que os peixes todos, de modo que o consumo daquele peixe não é da Guanabara.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Os dados que estou fornecendo a V. Exa. nos foram fornecidos por um depoente, nesta Comissão.

O SR. PROF. BENJAMIN ALBAGLI — Exa. sabe quais são esses dados, e quem os forneceu.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA — Não posso dizer de memória porque o depoimento foi prestado há vários dias e foram muitos os depoentes mas lembro-me de que o depoente tinha ido verificar no Banco do Brasil, pelas importações.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Em dólares posso dizer que a importação já ultrapassava a casa dos quatrocentos mil dólares.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, temos no Brasil algum censo sobre as pessoas diabéticas? O Senhor sabe disso?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Creio que deve ser da ordem de um milhão de pessoas talvez.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — A obesidade é um dos raios dos países desenvolvidos, é a outra face.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Esta é a vantagem que o pobre tira do rico. Há uma série de moléstias que o rico sofre e o pobre não.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Eu por mim preferia ser como Dom João VI, morrer com dois frangos na mão do que morrer de fome.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — O senhor podia informar-nos se o açúcar tem alguma função no trabalho muscular?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tem. Mas o açúcar, sob o ponto de vista metabólico, é considerado um elemento derivado dos hidratos de carbono e, como está no Relatório, que é apenas um resumo do problema, o que pesa na alimentação dos países, eufemisticamente chamados em desenvolvimento é o excesso de carbono. Começamos muito hidratos de carbono e o ideal é comermos mais proteína.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — Infelizmente, as proteínas não estão ao alcance do povo. Quando um médico fala em açúcar queimado, uma série de círculos especiais ao nível do músculo ou das células nervosas, ele realmente refere-se ao mono sacarismo.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tenho a impressão de que, neste momento, nosso companheiro paulista o coleira está até doutor na matéria e, na próxima reunião, ele poderá dar outras sobre o assunto.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — Tem função energética?

O PROF. BENJAMIN ALBAGLI — Tem.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) — É possível substituir totalmente o hidrato de carbono na dieta, por gorduras ou proteínas, para função energética?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não, ai não. Entro na conclusão a que o nobre Deputado, meu ilustre colega, chegou.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) V. Ex^a vai me relevar a precisão da linguagem, porque sou bacharel.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Os hidratos de carbono constituem um grupo da polisacarina, das mais diversas procedências. Nós ingerimos hidratos de carbono com arroz, com os farináceos de modo geral, com as massas, os legumes também têm uma boa quota, assim como as frutas têm vários tipos de açúcar.

De modo que nossa fonte alimentícia de hidrato de carbono está em todos esses produtos e, em *ultima ratio*, no organismo são metabolizados até a mono sacarina, que é a glicose. Sob esta forma é que o organismo utiliza até as reservas. Estas são muito reduzidas, mas a fonte de hidrato de carbono, até as reservas de polinograma que são muito reduzidas. Nós não temos, realmente, reserva muito grande. Utilizamos completamente. Mas, a fonte de hidrato de carbono é muito ampla.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) Pois não, V. Ex^a vai nos relevar, mas, estamos aqui nos ocupando do açúcar.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Do tipo de sacarose. A pergunta de V. Ex^a, se me permite, foi a respeito de hidrato de carbono.

O SR. RELATOR (Deputado Pedroso Horta) Eu perguntei se é possível substituir totalmente o hidrato de carbono da dieta por gorduras ou proteínas, para função energética.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Os hidratos de carbono não são açúcar. Nós, na dieta, devemos ter cerca de metade a uma grama de gordura e cerca de 6 a 8 gramas por quilo de peso, de hidrato de carbono. Isso dá uma cota de três mil calorias, aproximadamente, o que é suficiente, mas, de hidratos de carbono. Qualquer que seja a procedência da glicose, ela deriva, em última instância, do hidrato de carbono. Um viloso e ilustre médico francês, também conhecido do Professor Brito Velho, estabeleceu o princípio dos hidroglicose, ou seja, em última instância, todo alimento se transforma em glicose. Se o organismo não receber hidrato de carbono, vai utilizar proteína como glicose, mas é uma fonte de energia deficiente. De forma que é inadequada do ponto de vista biológico, do ponto de vista sociológico e do social, evidentemente.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Relator) — E na fisiologia da célula nervosa e na atividade nervosa, de modo geral, o açúcar tem papel?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — O açúcar é usado para delimitar a quantidade de hidratos de carbono.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Nas funções hepáticas também tem?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Ex^a me permite, o açúcar representa um papel importante para as funções orgânicas de modo geral. Muitas vezes é mal conhecido o fígado, pois este é um laboratório metabólico complexo destinado a criar função concomitante para elaboração da glicose.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível).

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Ex^a me permite é um adendo que faço.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Agradeço.

A resposta é absolutamente certa, evidentemente, mas o problema dos esquimós incide a nossa meditação não propriamente particular, mas, numa真人のうえで問題となるのは、食事の問題である。眞にいって、それらの食事は、冠動脈疾患の原因となる。

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Ex^a me permite, com licença do nobre Deputado, participei de um Congresso, um treinamento em que foi estudado o problema da Terra Nova.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível). Impossível apanhamento teatográfico.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não sei se é esquimô ou esquimau. Vou dizer: esquimô ou esquimau, com licença. Não sei se cometerei, neste particular, alguma cincada.

Recordando o assunto em tela, estavam eles habituados, como V. Ex^a disse muito bem, a comer praticamente os animais. Mas tinham um hábito que repugnamos, qual seja o de comer o animal inteiro, isto é, com as vísceras e com o que continham as vísceras, entendendo como vísceras os intestinos repletos. Com isso, eles ingeriam quantidades enormes de massas, práticos vegetais que os animais comiam, de modo que apresentavam sinais de astrose.

Mas, quando a civilização cheiou a Terra Nova, começaram a comer e a gostar de biscoitos com o açúcar refinado. O açúcar refinado não é tão bom como o açúcar mascavo.

E' outro problema do mundo contemporâneo, que poderemos reduzir em três palavras: retenção, fortificação e restauração dos alimentos.

Se me permitem e se o nobre Presidente consentir, direi que há muitas anos, através de um Deputado que retornou à Câmara dos Deputados — Armando Falcão, apresentei projeto sobre o enriquecimento dos alimentos, que foi a lei de guerra número um dos Estados Unidos. O ato de guerra dos Estados Unidos foi o enriquecimento dos alimentos: retenção, fortificação e restauração dos alimentos — retenção, na tecnologia industrial de preparação, os tecidos nutritivos essenciais à alimentação; restauração, repondo aquilo que a tecnologia tinha diminuído, o enriquecimento ou fortificação, a crescentando.

Acho de bom altrite — aqui, uma sugestão, ou se a Comissão me permitir — que se acrescentasse um valor industrial mais nutritivo ao açúcar, que se utilizasse o açúcar como fonte de enriquecimento de outras substâncias, como fonte portadora de quota de ferro, adicionadas algumas vitaminas. Naturalmente que se tivesse cuidado em laboratório as proporções. Nos Estados Unidos, o problema de enriquecimento foi uma das grandes conquistas que a guerra proporcionou, pois os Estados Unidos são uma combinação de pequenas nações continentais. Só em tempo de guerra é possível fazer uma lei de âmbito nacional como esta — a número 1 — o enriquecimento dos alimentos.

O açúcar e as farinhas, usados na América, podem ser fonte de enriquecimento de alimentos no Brasil. Venderíamos mais açúcar.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, o uso do açúcar é capaz de produzir arteriosclerose coronária ou cerebral?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não.

Citei o caso do Professor Yudkin, da Universidade de Edimburgo. Esse professor começou a correlacionar a maior incidência da arteriosclerose, especialmente a incidência da cardiopatia coronária e do incremento de

consumo de açúcar na Inglaterra. Documentou aparentemente com certa segurança. Aumentou o consumo de açúcar, aumentou a incidência de arteriosclerose. Primeiro: anteriormente, antes de 1912, ninguém fazia o diagnóstico de isquemia coronária. Nunca sabia fazer. O sujeito que morria de coronária, morria de mal súbito.

Muitas vezes esse mal súbito confunde-se até com os males do aparelho digestivo, porque a dor é abdominal. De outro lado, como disse V. Ex^a concordou, nós podemos correlacionar o aumento de infarto com o decorso de 50 anos. Ele mesmo aqui está citado num trabalho de 67 que eu compussei o original "To early to say". É muito cedo para dizer que o açúcar de alimentação pode produzir a doença equânime da coração, de modo que ele recou.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — E ainda mais veja V. Ex^a não pude analisar esse trabalho. Mas eu o publiquei na revista "Arteriosclerosis". De modo que não é surpreendente que a pessoa morra com 30, 40 anos com esse problema. A gente fica surpreendida, mas não é para isso. E já vi um menino, caso virgem, 18 anos com o sintoma.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Essas observações feitas pelos americanos já haviam sido feitas pelos alemães, em 1918. Na Guerra 14/18 foram encontradas lesões com arteriosclerose coronária em indivíduos de 20 anos.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — O que é interessante notar é que durante a guerra diminuiu tremenda mente a incidência dos transtornos metabólicos. Reduz o colesterol, como fator predisponente de lesões cardiovasculares e condicionam um estado metabólico melhor, de tal sorte que statisticamente é justificável uma redução da incidência do enfarte.

Podemos também verificar como os problemas médicos são complexos, mas o grande progresso da medicina, a meu ver, não foi da medicina mas sim devido, em grande parte, ao progresso da engenharia sanitária, saneamento básico, engenharia urbana, habitação adequada. O problema da alimentação é um fator fundamental nos tempos atuais, apesar da industrialização, e que oferece grandes vantagens. Podemos oferecer, durante o ano inteiro alimentos que só podíamos oferecer em determinados períodos. O homem contemporâneo, através de uma série de medidas diretas e indiretas, alcançou um grau de saúde bem mais elevado. Mas há uma série de problemas ainda em evolução, que não podemos identificar para responder à luz dos conhecimentos atuais. Isto é que é o fato. Nós, por exemplo, que já podemos nos considerar de maioria, isto é, com mais de quarenta anos, quando lemos livros do século passado deploramos com dores que não existem mais. Por exemplo, era tão elegante ser clorótico e anêmico, principalmente as moças do século passado, que todos os autores citavam a doença. Isto é um tipo de anemia grave que durava muito que vivia fechada dentro de casa, que não saía nem via o sol e nem fazia exercício. Fazia doce e desapega-se. O tratamento não foi condicionado ao progresso da medicina, foram progressos de conhecimentos sociais, principios de vida.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO (Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Professor, gostaria de formular ao senhor uma última pergunta: Os carboidratos artificiais podem substituir o açúcar nas funções energéticas e no seu papel sobre as células nervosas e o fígado?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não. Evidentemente não.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Professor, gostaria de formular algumas perguntas, entretanto isto será um pouco difícil, porque tantas também feitas foram as perguntas, particularmente as respostas e informações

prestadas pelo Professor, que eu não terei oportunidade de falar muito

Isto, aliás, dará muita alegria aos Membros desta Comissão.

Emerson certa vez que as suas melhores idéias lhe haviam sido furtadas pelos antigos pensadores. Eu quase diria que algumas das perguntas que eu deveria formular, a título de estímulo, para esclarecimento, em verdade, já foram formuladas.

Estou aqui no papel de Emerson e o Professor no papel de Aristóteles. Seria inconcebível que V. Ex^a pouco falasse, depois de tanto ter viajado. Quero ainda trocar algumas ideias com o eminentíssimo colega. Inicialmente, quero referir-me a algumas experiência em animais vivos, realizadas com camundongos no que se refere ao ritmo de crescimento e a situação dos mesmos no que diz respeito ao seu nascimento.

Pensa o professor que isto poderia transferir-se para o homem? Porque, em verdade, nem tudo que vale para o camundongo — e ainda bem — vale para o homem e nós que trabalhamos em laboratório sabemos, através da fisiologia, que as verificações nos animais não se confirmam no homem. Algumas coisas que dão resultado nos animais não dão no homem. As próprias doses tóxicas com referência a animais são muito variáveis. Exatamente por isso não teria o direito de extrapolar e dizer que se no animal, no rato, no camundongo, isto acontece certamente isto, venha a acontecer no homem. Entretanto, é um alerta, um aviso e daí a importância das experiências com os animais. Se algo acontece de mal com o animal é possível que aconteça no homem.

Por isso, Professor, eu gostaria de perguntar o que pensa V. Ex^a a respeito. Parece-lhe que este dado, esta verificação na série animal deva ser origem de alguma providência especial quanto ao uso livre? Porque uma coisa é o uso sob prescrição médica; uma coisa é o uso de determinada substância sob orientação do médico e, outra coisa é o uso livre pelo povo de tal ou qual substância.

Evidentemente, nenhum de nós admitiria que substâncias propriamente ditas medicamentosas fossem de ação farmacoterapêutica. Por conseguinte, pudesssem ser usadas sem prescrição médica, como é a aspirina e similares.

Então, eu pergunto, em primeiro lugar: pensa V. Ex^a que esta verificação deveria ter algum reflexo no uso indiscriminado dessas substâncias edulcorante no homem?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Sr. Deputado e Professor Brito Velho, agradeço a honra que V. Ex^a me confere em esclarecer este ponto, nessa pequena monografia, neste questionário que está aqui respondido, e o foi com precisão, procurei, por certo, seguir um preceito latino: *pouca sed bona*.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Que era um velho princípio da terapêutica pouca porém boa.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Procurei fazer algumas das observações das muitas que li nas bibliografias já citadas e muitas que rouxe e que não estão citadas e ainda tenho, mas toda bibliografia compulsada revela que nas doses, com licença do nobre Deputado, nas doses habituais, considerando habitual as rações pouco ou muito que se pode tomar entre de 10 a 30 comprimidos corresponde, sob o ponto de vista de V. Ex^a, pouco que não chega a 1%.

Inclusive com injeções intravenosas talvez que corresponde com 5% do volume calórico.

V. Ex^a me permite, discordo da interpretação. O rato é o animal que

mais se parece com o homem no comportamento, mas experimentalmente do ponto de vista da nutrição, para não fugir ao tema em foco, o rato é o animal que mais servia experimentação no campo da nutrição quase toda, experimentação de substâncias nutritivas, utilizadas eventualmente nos animais e refere ao rato pela sua vida curta, pela possibilidade de acompanhar várias gerações. Inclusive, nesse particular, um pouco fora do assunto — açúcar, mas dentro do problema — câncer, trabalhos sucessivos de várias escolas norte-americanas demonstraram que o crescimento do rato determinava nas gerações sucessivas o aparecimento do câncer, com incidência muito maior, estatisticamente significativa — e esta já é uma interpretação minha — mostrando que talvez uma das razões possíveis de maior incidência do câncer atual, além da longevidade mais alta se deve a que o homem atual cresce mais depressa, torna-se adulto mais depressa. Já no Velho Testamento há referência a que as mulheres do campo menstruavam mais tarde que as mulheres da cidade. Aquelas que tinham vida árdua amadureciam mais tarde, enquanto que a vida moderna, com todo seu conforto, permite uma alimentação balanceada, um amadurecimento mais precoce, e um envelhecimento celular precoce. A criança não é um adulto pequeno, as proporções são diferentes. Crescimento é aumento; e desenvolvimento é diferenciação de órgãos e de tecidos.

O rato que toma 5 a 10% de ciclamatos realmente cresce menos. Mas não há nenhuma referência, na literatura que compussei, e que foi numerosa, a pessoa que nem experimentalmente tomasse tanto. O rato com 1%, que é dose muito superior àquela que qualquer pessoa pode tomar, não apresentou qualquer alteração. O paradoxal — e foi aqui citado — é que na taxa de crescimento reduzido, que chegou a ser de 30%, não havia nenhuma alteração histológica, onde a alteração celular foi, talvez, possibilizada — é uma interpretação que faço agora, em face da pergunta — a vantagem do diálogo é esta — talvez sobre a hipófise, que é a glândula por excelência do crescimento, e, secundariamente, sobre a tireoide — eu não posso dizer.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Fiz V. Ex^a algum exame hitológico?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Nenhum. Tanto que deveriam fazer, mas, se fizeram, não o publicaram. Deviam fazer outras experiências, verificar, determinar as causas dessa redução estatural, ponderar dos ratos observados. É um trabalho interessante, mas que não se aplica à espécie humana porque as doses que tomaram, como se faz experimental, são tremendamente superiores aquelas que qualquer pessoa poderá tomar em condições — com licença de V. Ex^a — habituais.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — V. Ex^a aborda um assunto muito importante: é exatamente o mecanismo através do qual doses tão altas de edulcorantes teriam podido impedir o crescimento. Pergunto: a absorção intestinal das ingestões alimentares não foi modificada?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Eles fazem referência a isso mas não provam.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Não foram medidos, não foram pesados?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não! Realmente, a interpretação foi esta: tendo a mesma ingestão calórica e não havendo nenhuma alteração histopatológica, é de esperar que

ocorresse, que nada disso fosse observado. Mas na nossa triste medicina, que, às vezes, é tão bela. V. Ex^a e todos conhecem muito bem o grave e perturbador campo atual, clássico, des perturbações mentais sem lesões orgânicas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Evidente. Ainda mais eu, que sou partidário dos gênios.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Tratamos hoje dos doentes mentais. Há vinte e tantos anos conheci famosos médicos do Rio — conheci outros lá fora — como Medina, que fez o electrochoque pelo cardíacos.

Tudo isso mostra como o problema é complexo.

A literatura parece numerosa, mas sobre assunto tão complexo ela é pouca, escassa. Experimentalmente, poucos foram os autores que cuidaram do assunto.

Estou inteiramente solidário com a nobre Comissão, não só sob o ponto de vista econômico, pois é problema que aflige parcela apreciável da Nação, mas é problema médico que não está devidamente investigado, como o caso dos ciclamatos e dos edulcorantes, que têm largo consumo e cada vez maior no mundo.

Realmente há pouca experiência, há pouca observação de laboratório. Se considerarmos o uso macio e crescente, não só no Brasil, mas no mundo inteiro — pelo menos no mundo ocidental. Vemos freqüentemente — e acredito V. Ex^a o tenha observado — amigos, depois de um lauto almoço ou jantar, tomarem um cafêzinho com sacarina ou com outro edulcorante.

E mais ainda, para exemplo, um amigo meu janta muito bem come uma torta com creme e toma um cafêzinho com sacarina. Isto até parece piada do papagaio.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Vejo que a resposta que V. Ex^a deu é realmente clara, minuciosa.

Outro caso também interessante. Quando uma mulher está grávida (e todos nós conhecemos a manobra de precaução existente durante esse período de gestação) a prudência que se deve ter no uso de medicamento para ela.

Essa prudência deve se estender também ao uso de edulcorantes, de adoçantes artificiais?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Geralmente, não é necessária muita prudência. Mas, dentro de um conceito mais amplo de precaução, entendo que o ideal é a gestante comer o mínimo, o suficiente que lhe for recomendado por um só médico.

Não sou muito entusiasta também dos medicamentos novos dados à gestante porque há tanta coisa que se sabe que não vale nada. Quanto aos primeiros medicamentos, nas primeiras observações feitas, com medicamento cruzado, em que os indivíduos tomavam uma pilula verde, uma cor de rosa, uma azul, uma amarela, e depois se verificava que o resultado de todas era equivalente, e os que tomavam açúcar, melhoravam também. Hoje sou muito cético e cada vez mais, em matéria de terapêutica.

Considerando sob esse aspecto e considerando — acho que aqui não citei, eu escrevo tanto, perdão-me, às vezes não sei onde escrevo certas coisas, e falo muito por força de necessidade profissional — hoje sabe-se que 5 a 10% dos doentes internados nos grandes centros médicos do mundo, o são em consequência de terapêutica mal conduzida. 5 a 10% são vítimas dos processos médicos de tratamento intempestivo, isto nos Estados Unidos onde o grau de formação profissional do médico é muito superior.

Mas ali se apura alguma coisa, aqui, como já dizia creio que Voltaire: "A terra come com freqüência, sem conhecimento de ninguém, os erros dos médicos".

Respondendo à pergunta de V. Ex^a no caso específico da gestante e no caso geral do doente — que às vezes não é doente, vai ao médico fazer uma revisão e sai com receita enorme em ter coisa alguma, os médicos abusando receituário sem necessidade clara, definida, de prescrever — o ideal seria que as pessoas se privassem de substâncias cuja ação eventualmente possa ser malefica.

Não vejo nenhuma razão para o indivíduo andar tomando substâncias químicas sem valor nenhum apenas para dar sabores, como aliás se usa em toda indústria alimentícia, sou contra o amarelo da massa que não é óvo, sou contra uma porção de aditivos que se usam e são aceitos aqui e contestados ali. *In dubio*, no caso não é *pró réu*, é *pro povo*. Vamos evitar que o povo possa tomar alguma coisa que eventualmente, a longo prazo, possa lhe fazer mal. Essa é que é a dificuldade: a longo prazo. O drama do médico é que não pode acompanhar.

Inclusive, na Rússia, dizem que há um Instituto de Genética — isso é muito importante — que é acompanhada em caráter de gerações. Nós não podemos acompanhar, num homem, a evolução do problema, porque nós morremos. Mesmo quando estamos acompanhando determinado assunto, morremos.

Realmente, a longo prazo, só uma equipe sucessiva, substituindo-se sucessivamente seus componentes porque ela morre, — para poder vivificar-se, a longo prazo, certos inconvenientes de medicamentos ou remédios que possam condicionar o aparecimento de doenças, desde as degenerativas, até às nervosas ou metabólicas.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Tão boas são as suas respostas, que acho que poderíamos traçar o que poderíamos chamar a política a ser seguida com referência a edulcorantes artificiais.

Quais parecem a V. Ex^a as medidas a serem indicadas e não apenas indicadas, mas realizadas pelas autoridades competentes, com referência aos edulcorantes? Eu formulo agora, e tenho formulado ao longo de todo esse inquérito, perguntas que evidentemente não formularia se estivesse falando como médico, mas aqui sou apenas membro da Comissão Parlamentar de Inquérito, de tal sorte que muitas perguntas são feitas aqui para que constem dos nossos documentos e que possam ser usadas oportunamente; muitas delas não são para esclarecimento próprio mas sim para esclarecimento da Comissão, que não é composta de médicos e, mesmo se o fosse, tratando-se de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, não deveria funcionar como sendo composta por especialistas em medicina.

Vou, entretanto, passar à pergunta que ia formular: Pensa V. Ex^a que os edulcorantes devem ser vendidos apenas sob prescrição médica ou menos rigorosamente, apenas nas farmácias, com prescrição médica, ou ainda serem vendidos em qualquer casa em que se comercializam os alimentos?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Procurando limitar a pergunta a 90% para termos 10% de natureza pessoal, mas em benefício da coletividade, faço mesmo um apelo a esta Comissão para que auxilie o Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara com uma dotação a fim de que possamos fazer uma investigação nesse particular. E eu me comprometo a fazer uma investigação nesse respeito. E

respondendo à pergunta formulada, eu echo que os edulcorantes devem ser vendidos nas farmácias, mas sem receita médica.

E um produto químico, não é alimento, logo o local em que deve ser vendido é farmácia.

Os antibióticos também fazem mal, já vi muito recém-nascido com a dentina amarela, porque as mães abusaram de antibióticos. Já vi muitos acidentes médicos graves.

Em muitas doenças, como a tuberculose e a sífilis, um dos maiores problemas é que o doente não toma remédio direito e de dez anos para cá essas doenças estão retornando, isto porque os microrganismos estão insensíveis, já adquiriram resistência à ação terapêutica, estão formando resistência de anticorpos. A mosca, por exemplo, precisa hoje de doses maiores maior de DDT. Os probremas surgem em consequência da ação dos médicos inacreditados, ou dos doentes. Ora, se o quadro, em linhas gerais, é este, é óbvio que não podemos, em sã consciência, limitar e ainda há pouco falaava com o ilustre e nobre Senador, Presidente desta Comissão, o eminente Sr. Milton Campos, que na Guanabara, Cidade-Estado, ex-Capital da República, tem-se cuidados com a venda dos enterpecentes e dos psicotrópicos, mas, nos arredores, que são as cidades satélites, cidades dormitórios, compra-se à vontade. Em torno da Guanabara o receituário é livre.

Pelo menos nos dava a idéia de que é uma coisa que não é para ser vendida de qualquer maneira. Que é para ser vendida em farmácias. Daí a idéia, até certo ponto, de que, para ser medicamento, é alguma coisa que se aproxima do medicamento, que tem finalidade médica.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Seria um caso a desenvolver, que alguém despertassem para esse detalhe.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — A mesma coisa é o exemplo que vou dar. O sal de cozinha é desaconselhável nas condições exageradas em todas as pessoas que já chegam a idade de 30 ou 40 anos como nós. O cloreto de sódio não é vendido em farmácia, mas determinadas substâncias químicas, dão gosto salgado, são vendidas em farmácias. Então, o exemplo é totalmente válido.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É interessante a observação de V. Ex^a.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — O exemplo é totalmente válido. Ninguém vende edulcorante em mercadoria, mas sim nas farmácias. Eu nunca vi vender medicamento, que fosse medicamento e que tem gosto de sal, em mercearia. É um exemplo de quem comprova a necessidade de ser vendido o edulcorante nas farmácias.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Nas pesquisas feitas, que tivessem utilidade nova, sem o que estas comissões não poderiam prosseguir, tivemos vários depoentes e, infelizmente, não damos notas aos depoentes, mas, se dessemos nota, eu lhe daria distinção, Professor.

Estou encantado com a exposição de V. Ex^a. Se eu pudesse dar nota a V. Ex^a daria summa cum laude.

Surgem agora, como dizia, alimentos preparados com edulcorantes, com adocantes artificiais para serem usados por diabéticos. Como seria então? Seriam os doces, as compotas preparados com edulcorantes? Deveriam também ser vendidas nas farmácias ou poderiam ser vendidas nos armazéns com alguns cuidados que V. Ex^a nos daria a honra de sugerir?

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — A pergunta é difícil de responder, pela

multiplicidade de tipos existentes no Brasil, que, ainda, existem nos Estados Unidos. Num desses livros que eu trouxe, que tive oportunidade de mostrar ao Sr. Senador Milton Campos, está a fotografia de uma vendedora dos Estados Unidos ao lado de uma grande mercearia. Essa variedade de tipos, na fase de transição em que estamos vivendo, mas que não é só no Brasil, porém no mundo inteiro — torna difícil caracterizar uma fórmula.

Parece-me fundamental — esse é um ponto que aqui está mencionado de passagem e que é importantíssimo nos Estados Unidos — que todos os alimentos tivessem nitidamente indicada sua fórmula.

Eu, às vezes, compro uma substância ou um medicamento em que não encontro exata e claramente apresentada a fórmula.

Esses doces deveriam ser vendidos para serem utilizados somente sob prescrição médica, cuja fórmula não tem hidratos de carbono.

Na América, por exemplo, há firmas que obrigam a isso. Nos devíamos ter — e aqui a sugestão que não fiz — eu achava que deve haver aqui uma Comissão Permanente do Senado e da Câmara no sentido de melhorar a alimentação no Brasil, inclusive com um aspecto que seria este, da obrigatoriedade de os alimentos terem expressa e claramente a sua composição, a fim de que se soubesse o que se estava comprando. E quando o alimento tivesse finalidade dietética — há que pensar numa redação — traria: "alimento dietético", "indicação médica", e "para casos especiais". E, a seguir, dizia-se a sua fórmula. Então a pessoa ficava sabendo que aquele não era alimento para ser usado indiscriminadamente para adultos e crianças, e que tinha uma finalidade específica. Assim se evitaria o abuso de tal produto por pessoas mal informadas.

Ainda ontem ouvi de uma dona que a médica lhe havia recomendado, para engordar, o uso de vinho com água e açúcar. Ora, nada estraga tanto o vinho como acrescentar-lhe água e açúcar. Por isso tenho a impressão de que a fórmula seria chamar a atenção, de modo geral, para a composição dos alimentos e, no caso particular do edulcorante, este devia ser alimento especificamente indicado por médico.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Há o Decreto nº 61.149, que baixou normas técnicas especiais para fabricação e venda de produtos dietéticos. Esse Decreto entrou em vigor a 9 de agosto de 1967.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Ilustre Deputado, o prazo de 120 dias.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Ainda não foi regulamentado.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Deveria estar desde o ano passado.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — E é respeitado por todos os fabricantes de edulcorantes artificiais?

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Por um deles. Os outros todos não têm indicações.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não é produto dietético; é produto químico.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — É defeito do legislador.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — No caso, do próprio Executivo.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Não é produto dietético; é apenas uma substância química que não combate nada e que dá gosto doce e não é

açúcar, equivalente ao produto químico que dá sabor salgado e não é sal.

Não tem valor nutritivo, não tem valor vitaminico, não tem valor mineral, não tem valor algum. É substância química que, em contato com as papilas gustativas, dá sensação adocicada.

No Brasil, de modo geral, há um desrespeito. Primeiro: a higiene na indústria de produtos alimentícios; segundo: desonestade na etiqueta, no rótulo.

O Abbott não pode colocar rótulo dizendo que é um produto que dá complemento dietético. Não é complemento. É substância química que dá sabor adocicado. Seria a maneira honesta de apresentar o produto.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Há dias, o professor Woiski, eminentemente pediatra paulista — que V. Ex^a deve conhecer — o professor Woiski, depondo nesta Comissão, relatou-nos que uma pobre senhora, tendo lido que uma góti correspondia a tantos gramas de açúcar, do ponto de vista da capacidade do edulcorante, essa senhora estava fazendo cálculos e modificando completamente o regime alimentar da criança, mantendo relativamente subnutrida, exatamente porque interpretara mal o que lera no rótulo do adoçante.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Se V. Ex^a me permite, interpreta ela o que estava escrito sem conhecimento maior, porque, na ignorância dela — e há tanta gente com "santa ignorância" por ai — pensou que equivalente fosse realmente equivalente. É equivalente no sabor que uma substância química pode dar.

É muito importante, no que concerne às substâncias que devam ser apiladas, o que considero fundamental.

E acho que esta Comissão, ao concluirmos, deve se co-obrigar — não só neste caso, para não particularizar apenas um aspecto, mas no aspecto geral — a adotar provisões no sentido de que honesto, claramente, concretamente, se analisem sempre as substâncias que estão sendo postas à venda. Realmente, não é complemento de produto dietético dai não se poder dizer que faça mal.

Citando o nome, por exemplo, do açúcar Vital, o açúcar Vital Brasil, aproveitando o nome próprio, dá impressão de um produto sintético, de um produto de açúcar superconcentrado, superótimo, vamos dizer de equidescência.

E o mais grave é a fórmula levada, motivada por interesse comercial, isto é certo. Induz, realmente ao erro sobretruído numa população como a do Brasil que, muitas vezes, se encontra distante de qualquer informação adequada. Quando moramos num grande centro, como no Rio de Janeiro, temos inclusive aviso, pelos médicos, sobre os produtos novos e sua eficácia. Eu tive colegas que me avisavam e V. Exas. também o devem ter.

Agora, o que está escrito na bula eu não discuto. O que mais faço, hoje, é duvidar primeiro. E vou observar depois. Vou com muita calma, não sou precipitado. Com medicamento novo vou com cautela sempre por causa dos efeitos secundários. Isto porque, para o exemplo, há evidentes desonestades na formação de seus rótulos, como estou vendo aqui nos gráficos.

Realmente não tenho prestado atenção, vivo tão apressado, está forma por exemplo: "Complemento dietético etc. etc." Deve, sempre, fazer referência ao médico ou à prescrição médica, ou mesmo que não seja obrigatoriamente indicado por médico, sem a expressão "produto dietético".

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sr. Presidente, não sei se é possi-

vel formular um pedido ao nobre deputado, de que, dentro de algumas semanas, nos enviasse uma sugestão escrita sobre a maneira como deveriam ser indicadas tanto no edulcorante, como nos alimentos preparados com edulcorantes, essas citações reais referentes à natureza da substância.

Não sei se isso seria possível, mas seria uma excelente colaboração, como me parece deveriam ser os rótulos, tanto dos alimentos como dos refrigerantes em geral.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Agradeço sobremaneira o convite, que muito me honra, de V. Ex^a e prometo desincumbir-me da melhor maneira possível, em breve tempo.

Não sei se isto aqui é para mostrar ou para levar gostaria de ter as cópias para ver onde estão as falhas, para fazer uma apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — É tão valiosa a sua colaboração que o professor poderia levar o material e devolvê-lo com a sugestão.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Com todo prazer. Muito me honra a confiança e aceito a incumbência com muita satisfação.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — Sr. Presidente, para encerrar, eu queria, pessoalmente, e acho que em nome dos meus companheiros da Comissão, agradecer o depoimento que o ilustre Professor fez, porque realmente esclareceu uma série de problemas ainda relativamente obscuros e, ainda mais, trouxe sugestões de natureza concreta.

Esse é um dos problemas que me tem interessado e que me está a interessar muito. Não apenas o debate científico, a discussão científica, mas amizades para aquilo que neste instante denominamos política a ser seguida com referência a este assunto.

O Professor pode sair convencido de que prestou um grande serviço a esta Comissão, consequentemente ao Congresso e ao povo brasileiro.

Não tive o prazer de conhecê-lo pessoalmente, mas vou tomar a liberdade de inclui-lo no rol, não dos meus amigos, mas até dos meus amigos — se é que permite tal designação, que deve ser usada, realmente, com muita cautela.

O SR. BENJAMIN ALBAGLI — Estou sendo muito honrado com essa expressão de V. Ex^a.

O SR. DEPUTADO BRITO VELHO — É um homem de tais qualidades, que gostaria de freqüentá-lo oportunamente. (Risos.)

Senhor Presidente, era o que eu tinha a dizer.

O SR. DEPUTADO PEDROSO HORTA (Relator) — Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Brito Velho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Milton Campos) — Encerrado o depoimento do Professor, quero prestigiar os agradecimentos já feitos pelo nobre Relator e pelo nobre Sub-Relator.

Realmente, V. Ex^a trouxe esclarecimentos excelentes e fez uma exposição de grande importância, abordando aspectos práticos do problema.

Os Deputados Pedroso Horta e Brito Velho, que têm autoridade para consagrarem, já deram a V. Ex^a a nota classificando a sua exposição como excelente.

Era portanto, o que tinha a dizer, agradecendo mais uma vez a V. Ex^a.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

MISSA

Presidente -- Clóvis Marinho (ARENA -- PSD)
 Vice-Presidente -- Pedro Ludovico (MINE -- GO)
 Vice-Presidente -- Rui Palmeira (ARENA -- AL)
 Secretário -- Dinarto Mariz (ARENA -- BN)
 Secretário -- Vicente Freire (ARENA -- MA)
 Secretário -- Aarão Steinbruch (MDB -- RJ)
 Secretário -- Cattete Pinheiro (ARENA -- PA)
 Suplente -- Guido Mondin (ARENA -- ES)
 Suplente -- Vasconcelos Torres (ARENA -- RJ)
 Suplente -- Lino de Mettos (MDB -- SP)
 Suplente -- Raul Giuberti (ARENA -- ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder -- Daniel Krieger (ARENA -- RJ)

DA ARENA

Líder -- Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)
 Petrólio Portela (PI)
 Manoel Vilaça (RN)
 Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Líder -- Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES SUPLENTES

Arnón de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

José Leite
 José Guitomard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

José Ermírio
 Mário Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa -- Ramal 247
 Reuniões: Quartas-feiras à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES SUPLENTES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sígefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas -- Ramal 244
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES SUPLENTES

Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnón de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo -- Ramal 244
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia,

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

SUPLENTES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Milet

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandao -- Ramal 244
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrólio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Milet
 Manoel Vilaça
 Wilson Gonçalves

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Senna

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior -- Ramal 245
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

SUPLENTES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa -- Ramal 247
 Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sa

ARENA

SUPLENTES

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Álvaro Mata
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

MDB

Adalberto Senna
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa -- Ramal 247
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO
DE TERRAS PÚBLICAS E PovoAMENTO**

(11 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Alvaro Mata

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Antônio Carlos Moura Andrade	José Guiomard Eurico Rezende
Paulo Sarasate	Filinto Müller Fernando Corrêa
Milton Trindade	Lobão da Silveira Menezes Pimentel
Alvaro Mata	Petrônio Portela Manoel Villaça
José Feliciano	
João Cleofas	
Paulo Torres	
Arthur Virgílio	Adalberto Senna
Ruy Carneiro	Antônio Balbino
João Abrahão	José Ermírio

Secretário: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo
Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Paulo Sarasate	Lobão da Silveira
João Cleofas	José Guiomard
Mem de Sá	Teotônio Vilela
José Leite	Carlos Lindenberg
Leandro Maciel	Daniel Krieger
Manoel Villaça	Filinto Müller
Clodomir Millet	Celso Ramos
Adolpho Franco	Milton Trindade
Eugenio Pachecó	Antônio Carlos
Carvalho Pinto	Benedicto Valladares
Fernando Corrêa	Mello Braga
Júlio Leite	Paulo Torres
Argemiro de Figueiredo	Oscar Passos
Bezerra Neto	Josaphat Marinho
Pessoa de Queiroz	João Abrahão
Arthur Virgílio	Aurélio Vianna
José Ermírio	Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atílio Fontana
Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Atílio Fontana	Júlio Leite
Adolpho Franco	José Cândido
Domício Gondim	Arnon de Melo
João Cleófias	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	Mello Braga
Antônio Balbino	Ruy Carneiro
Nogueira da Gama	Bezerra Neto

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portela
Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Petrônio Portela	Celso Ramos
Domício Gondim	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Mello Braga	Adolpho Franco
Júlio Leite	Duarte Filho
Arthur Virgílio	João Abrahão
Josaphat Marinho	Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: Domício Gondim

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Domício Gondim	José Feliciano
José Leite	Mello Braga
Arnon de Melo	José Guiomard
Duarte Filho	Benedicto Valladares
Menezes Pimentel	Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg	
	MDB

Josaphat Marinho
José Ermírio

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.
Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Clodomir Millet	Teotônio Vilela
Manoel Villaça	José Leite
Arnon de Melo	Domício Gondim
Duarte Filho	Paulo Sarasate
Menezes Pimentel	Leandro Maciel
	MDB

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
Wilson Gonçalves	José Feliciano
Paulo Torres	João Cleófias
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Carlos Lindenberg	Petrônio Portela
Mem de Sá	José Leite
Eurico Rezende	Ney Braga
Paulo Sarasate	Milton Campos
Carvalho Pinto	Daniel Krieger
	MDB

José Ermírio
Aurélio Vianna

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano
Vice-Presidente: Leandro Maciel

ARENA

TITULAR	SUPLENTES
José Feliciano	Filinto Müller
Leandro Maciel	Mem de Sá
Antônio Carlos	Duarte Filho
Lobão da Silveira	Clodomir Millet
	MDB

Nogueira da Gama
Elmundo Levy

Secretária: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENATITULARES

Benedicto Valladares
 Filinto Müller
 Aloysio de Carvalho
 Antônio Carlos
 Mem de Sa
 Ney Braga
 Milton Campos
 Moura Andrade
 Fernando da
 Arnon de Mello
 José Cândido

Pessoa de Queiroz
 Mário Martins
 Aureli Viana
 Oscar Passos

Secretário: J. B. Castejon Branco.
 Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissões de Relações Exteriores.

SUPLENTES

Wilson Gonçalves
 Jose Guimaraes
 Carlos Lindenberg
 Adolpho Franco
 Petrino Portela
 José Leite
 Teotônio Villela
 Mello Braga
 José Feliciano
 Clodomir Millet
 Menezes Pimentel

MDB

Bezerra Neto
 João Abrahão
 Josephat Marinho
 Antônio Baibino

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENATITULARES

Sigefredo Pacheco
 Duarte Filho
 Fernando Corrêa
 Manoel Villaça
 Clodomir Millet

Adalberto Senna
 Sebastião Archer

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga - Ramal 241.
 Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

SUPLENTES

Júlio Leite
 Milton Trindade
 Ney Braga
 José Cândido
 Lobão da Silveira

MDB

Nogueira da Gama
 Ruy Carneiro

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
 Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENATITULARES

Paulo Tôrres
 José Guimaraes
 Lobão da Silveira
 Ney Braga
 José Cândido

Oscar Passos
 Mário Martins

Secretário: Mário Nelson Duarte - Ramal 241.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

SUPLENTES

Filinto Müller
 Atílio Fontana
 Domicio Gondim
 Manoel Villaça
 Mello Braga

MDB

José Figueiredo
 Sebastião Archer

PREÇO DESSE EXEMPLAR: NCr\$ 0,10COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
 Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENASUPLENTES

Eurico Rezende
 Carlos Lindenberg
 Arnon de Melo
 Paulo Tôrres
 José Guimaraes

Ruy Carneiro
 João Abrahão

Secretário: J. Ney Passos Dantas - Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite
 Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENASUPLENTES

José Leite
 Celso Ramos
 Arnon de Melo
 Domicio Gondim
 João Cleofas

Sebastião Archer
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Mário Nelson Duarte - Ramal 241.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guimaraes
 Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENASUPLENTES

José Guimaraes
 Fernando Corrêa
 Clodomir Millet
 Alvaro Mara
 Milton Trindade

Edmundo Levi
 Oscar Passos

Secretário: Mário Nelson Duarte - Ramal 241.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.